



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE

CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

NÍVEL DE MESTRADO/PPGE

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E
SUAS INFLUÊNCIAS NO GRAU DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS**

EUDIMAN HERINGER

**CASCATEL-PR
2017**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO/PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ E
SUAS INFLUÊNCIAS NO GRAU DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS**

EUDIMAN HERINGER

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em educação – PPGE, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa: Formação de Professores e Processos de Ensino e de Aprendizagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE como requisito parcial para obtenção título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^a Dr^a. Carmen Célia Barradas Correia Bastos

**CASCADEL-PR
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

H469e

Heringer, Eudiman

A expansão da Educação Superior na região Oeste do Paraná e suas influências no grau de formação dos professores universitários. / Eudiman Heringer.— Cascavel, 2017.

76 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carmen Célia Barradas Correia Bastos

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017.

Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Ensino superior – Oeste do Paraná. I. Bastos, Carmen Célia Barradas Correia. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 378.098162

CIP – NBR 12899



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Cascavel CNPJ 78680337/0002-65
Rua Universitária, 2069 - Jardim Universitário - Cx. P. 000711 - CEP 85819-110
Fone:(45) 3220-3000 - Fax:(45) 3324-4566 - Cascavel - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

EUDIMAN HERINGER

A expansão da Educação Superior na Região Oeste do Paraná e suas influências no
Grau de Formação dos Professores Universitários

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa
Formação de Professores e Processos de Ensino e de Aprendizagem, APROVADO
(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Carmen Celia Barradas Correia Bastos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Wanda Terezinha Pacheco dos Santos

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Adrian Alvarez Estrada

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Claudio Antonio Rigo

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 11 de abril de 2017

AGRADECIMENTOS

A Deus autor e confirmador de toda sabedoria que há em mim, pela saúde e pela oportunidade de realizar este trabalho;

A minha família pela compreensão nas horas em que tive que deixá-los para poder realizar esta pesquisa;

Aos meus pais que me ensinaram que “o saber não ocupa espaço”;

A minha orientadora, como nós carinhosamente chamamos, minha mãe, Professora Carmen Célia Barradas Correia Bastos por esses dois anos de paciência durante a realização da nossa pesquisa;

Ao Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz pelo apoio prestado durante o mestrado, na pessoa da professora Aline Gurgacz Ferreira Meneghel, coordenadora de Pesquisa e Extensão;

A minha amiga e professora Tânia Maria Rechia Schroeder por ter me alertado sobre a publicação do edital do concurso ao mestrado;

Aos colegas da UNIVEL pelo apoio e incentivo durante a realização do curso;

Aos meus alunos das duas Instituições onde sou professor que fazem com que procure fazer sempre o melhor pensando na formação deles;

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação que apresentaram conhecimentos que até então não possuía;

Ao PPGE, em especial, à Sandra;

Aos professores que compuseram a comissão examinadora: Wanda Terezinha Pacheco dos Santos, Adrian Alvarez Estrada e Claudio Antonio Rojo pelas orientações no sentido de deixar este trabalho ainda melhor;

Aos inúmeros amigos e familiares não mencionados aqui, mas que contribuíram de alguma forma para a conclusão desse trabalho.

Dedico este trabalho à minha família e a todos os mestres que fizeram parte dessa minha grande caminhada.

À vida!

HERINGER, Eudiman. **A expansão da Educação Superior na Região Oeste do Paraná e suas influências no grau de formação dos professores universitários.** 2017. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Sociedade, Estado e Educação, Linha de Pesquisa: Formação De Professores e Processos de Ensino e de Aprendizagem Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2017

RESUMO

A expansão da oferta de educação superior no Brasil, notadamente a partir da década de 1990, tem promovido impactos econômicos e sociais nas diferentes regiões brasileiras. Trata-se de uma política educacional para atender uma demanda historicamente reprimida e dá acesso grande parte de jovens brasileiros a uma formação universitária. Esta dissertação tem por objetivo conhecer como ocorreu a expansão dessa modalidade de ensino na Mesorregião oeste do Paraná. Para tanto, utilizou-se de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP para um período mais recente disponível, entre 2009 e 2012. Integrando o estudo, também foi realizada pesquisa bibliográfica em autores que discutem e acompanham a política educacional sobre educação superior, como SGUISSARDI (2008), DIAS SOBRINHO (2014), MANCEBO (2015), entre outros, bem como a dados documentais da legislação pertinentes e atualizadas. O texto compõe-se de uma discussão acerca da expansão da educação superior propriamente dita, seguida de quadros com dados informativos em aspectos representativos e referente ao tema. Para melhor ilustrar o estudo, diferenciamos em três microrregiões a saber: Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo que fazem parte da mesorregião oeste do estado. Os aspectos observados revelam algumas especificidades que nos remetem ao prosseguimento da análise pois são dados, por exemplo, quanto a acréscimos e decréscimos de matrículas em algumas áreas. Em destaque, encontramos a existência de quadro docente qualificado em ascensão no período.

Palavras-chave: Educação superior; região oeste do Paraná; expansão da educação superior; formação

HERINGER, Eudiman. **The expansion of Higher Education in the Western Region of Paraná and its influence on the degree of formation of university professors.** 2017. 76 f. Dissertation (Master in Education). Graduate Program in Education. Area of concentration: Society, State and Education, Research Line: Teacher Training and Teaching and Learning Processes Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Cascavel, 2017

ABSTRACT

The expansion of the offer of higher education in Brazil, especially since the 1990s, has promoted economic and social impacts in the different Brazilian regions. It is an educational policy to meet a historically repressed demand and gives a large part of young Brazilians access to university education. This dissertation aims to know how the expansion of this type of education occurred in the western Meso-region of Paraná. To do so, we used data from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira - INEP for a more recent period available, between 2009 and 2012. Integrating the study, a bibliographical research was also conducted in authors who discuss and follow the education policy on higher education, such as SGUISSARDI (2008), DIAS SOBRINHO (2014), MANCEBO (2015), among others, as well as relevant documentary data and updated. The text consists of a discussion about the expansion of proper higher education, followed by tables with informative data in representative aspects and referring to the theme. To better illustrate the study, we differentiate into three microregions: Cascavel, Foz do Iguaçu and Toledo that are part of the western mesoregion of the state. The observed aspects reveal some specificities that refer us to the continuation of the analysis because they are given, for example, as for the increases and decreases of enrollments in some areas. Highlighted, we find the existence of qualified teaching staff in ascension in the period.

Keywords: Higher education; Western region of Paraná; Expansion of higher education; formation

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Número de instituições de Educação Superior por categoria administrativa	34
Quadro 2 - Evolução do Número de Funções Docentes em Exercício, segundo o grau de formação - Brasil - 2009 a 2012	40
Quadro 3- Número de IES em 2009.....	44
Quadro 4- Número de IES em 2012.....	45
Quadro 5- Numero de IES –Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012	46
Quadro 6 - Numero de matrículas – Microrregião de Cascavel nos anos 2009 e 2012	48
Quadro 7- Número de concluintes - Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012	49
Quadro 8 -Número de funções docentes – Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012	49
Quadro 9 - Numero de IES –Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012	51
Quadro 10 - Numero de matrículas – Microrregião de Foz do Iguaçu nos anos 2009 e 2012	53
Quadro 11 - Número de concluintes - Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012	54
Quadro 12 - Número de funções docentes – Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012	54
Quadro 13 - Numero de IES –Microrregião de Toledo em 2009 e 2012	55
Quadro 14 - Numero de matrículas – Microrregião de Toledo nos anos 2009 e 2012	57
Quadro 15 - Número de concluintes - Microrregião de Toledo em 2009 e 2012.....	58
Quadro 16 - Número de funções docentes – Microrregião de Toledo em 2009 e 2012	58
Quadro 17- Número de funções docentes – Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012	62
Quadro 18 - Número de funções docentes – Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012	64
Quadro 19 - Número de funções docentes – Microrregião de Toledo em 2009 e 2012	65

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mesorregião Oeste do Paraná	42
Figura 2 - Mesorregião Oeste do Paraná dividida em microrregiões	43
Figura 3 -Indicadores de titulação do corpo docente.....	61

LISTA DE GRAFICOS

Gráfico 1- Evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais e a distância no Brasil, por organização acadêmica (1995-2010).....	26
Gráfico 2 - Evolução no Número de Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 2009-2012.....	35
Gráfico 3 - Evolução no Número de Matrículas de Graduação, por Sub- Categoria Administrativa (pública) – Brasil – 2009-2012	36
Gráfico 4 - Evolução no Número de Matrículas de Graduação, por Modalidade de Ensino – Brasil – 2009-2012	37

LISTA DE SIGLAS

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CFE - Conselho Federal de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
DEED - Diretoria de Estudos Educacionais
EaD - Ensino a Distância
ES - Educação Superior
FIES - Fundo de Financiamento Estudantil
IF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IES - Instituições de Ensino Superior
IFES - Instituições Federais De Ensino Superior
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
LDBN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC - Ministério da Educação
OI - Organismos Internacionais
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PIB - Produto Interno Bruto
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI - Programa Universidade para Todos
SEED - Secretaria de Educação a Distância
SEB - Sistema Educacional Brasileiro
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	20
1.1 CLASSIFICAÇÃO DAS IES.....	20
1.2 COMPOSIÇÃO LEGAL DOS CORPOS DOCENTES DAS IES	21
1.3 GRAUS ACADÊMICOS	22
1.4 POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	22
1.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EVIDÊNCIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA...24	
1.6 O CRESCIMENTO DO MERCADO EDUCACIONAL	26
1.7 A EXPANSÃO DO SETOR PÚBLICO E A CERTIFICAÇÃO EM MASSA: LULISMO?	29
1.8 A EXPANSÃO Da Educação SUPERIOR VIA ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL	31
2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	34
2.1 EXPANSÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – PÚBLICAS E PRIVADAS –2009-2012	34
2.2 EXPANSÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS PRESENCIAIS E NÃO PRESENCIAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – PÚBLICA E PRIVADA – 2009- 2012	35
2.3 EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CONCLUINTEs	38
2.4 EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	39
3 PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OESTE DO PARANÁ	42
3.1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DA MESORREGIÃO OESTE	42
3.2 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	44
3.3 PANORAMA DA EXPANSÃO DA Educação Superior dividida POR MICRORREGIÃO NO OESTE DO PARANÁ.....	45
3.3.1 Microrregião de Cascavel.....	46
3.3.2 Microrregião de Foz do Iguaçu.....	50
3.3.3 Microrregião de Toledo.....	55
4 INFLUÊNCIAS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO NÚMERO E NO GRAU DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES	60
4.1 FUNÇÕES DOCENTES NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL	61
4.2 FUNÇÕES DOCENTES NA MICRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU.....	64
4.3 FUNÇÕES DOCENTES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO.....	66
4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ.....	68

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS.....	73

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo analisar a expansão da educação superior na região oeste do Paraná e suas influências no grau de formação de professores universitários, no período compreendido entre 2009 e 2012.

Entende-se que a expansão da educação superior procurando alcançar uma maior equidade, com formação de qualidade, são questões centrais da política educacional dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Apenas como incentivo, essa expansão faz parte de uma exigência social e econômica da classe trabalhadora, que busca qualificação para garantir empregabilidade. A educação superior no Brasil, quando da sua implantação, não foi criada “para todos”. A própria criação da universidade foi pensada para formar quadros burocráticos e administradores das elites e não havia a preocupação de disseminar a universidade a todos os estados brasileiros. Mas podemos notar que as mudanças que ocorrem na economia e na sociedade fazem com que a educação superior também passe por alterações. Ao constatarmos que a difusão do Ensino Médio e a industrialização contribuíram para provocar novas demandas em relação à formação de mão de obra, vemos que também há um reflexo para Educação Superior. Contudo, o sistema educacional (a educação superior) não dava conta de atender as novas demandas sociais. Juntamente com isso, a partir do início dos anos de 1990, o Brasil mergulha numa crise econômica, que provoca uma redução dos impostos e gera uma crise no âmbito gerencial do Estado.

Isso leva a supor que o Estado tenta resolver estes problemas promovendo reformas, diante da falta de recursos e, ao mesmo tempo, das imposições dos Organismos Internacionais (OI), devido à dependência política e econômica do país. Nesse mesmo momento da história, os países do capitalismo central estão passando por uma forte crise econômica e, por meio dos OI, forçam os países dependentes, como o Brasil, a enxugar o Estado, ou seja, a investirem em políticas privatizantes. É nessa perspectiva que também se inserem as reformas inerentes à educação superior, o “descaso” em relação à universidade pública e o financiamento, por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), substituindo o Programa de Crédito Educativo, que foi proposto originalmente pela medida provisória n. 1.865-4, de 1999. É um programa do Ministério da Educação (MEC)

destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições privadas e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que foi criado em 2004, pela lei n. 11.096/2005, junto às Instituições de Ensino Superior (IES) privadas.

Sguissardi (2008, p.991) afirma que nos últimos anos, no Brasil, a expansão da educação superior é crescentemente marcada pelos "interesses privado/mercantis que desafiam a regulação estatal de caráter público e comprometem a formação universitária."

Segundo Colleoni (2012), parece ser essa a forma pela qual o Estado resolve o problema da ampliação da demanda e do aumento de vagas na educação superior. No início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, propostas referentes à ampliação de vagas nas universidades brasileiras serviram para definir políticas educacionais. Assim, foram implantadas várias medidas: criaram-se IES, bem como novos tipos e modalidades de cursos. Ao observar o governo de Lula da Silva, verificou-se que houve um considerável aumento no número de estudantes em IES, no período de 2003 a 2010, tal fato vem influenciar o período da análise do presente trabalho.

Entretanto, analisando o objetivo da criação da universidade no Brasil e a função da qual foi incumbida nas últimas décadas, percebe-se que há uma grande diferença. Isso porque, quando a universidade foi criada, sua função era garantir a formação apenas às elites e preparar quadros políticos e administrativos, ao passo que hoje se defende "Universidade para Todos". A criação tardia da universidade brasileira não se deu apenas por motivos econômicos e muito menos pela falta de projetos, mas sim por motivos ideológicos.

Constatamos que Dias Sobrinho (2010, p.1223) propõe a discussão das contradições entre concepções de educação como bem público-social e como mercadoria, relacionando-as com as políticas públicas desse nível de ensino. Procura tematizar as noções de qualidade e de pertinência social. Mostra que "as políticas públicas de democratização da educação superior devem ir muito além das ações focadas no aumento de matrículas e de inclusão social". Também afirma que se deve ampliar e melhorar continuamente a formação de professores desta categoria de ensino.

A expansão da educação superior no Brasil e, conseqüentemente, na Mesorregião Oeste do Paraná, composta pelas Microrregiões de Cascavel, Foz do

Iguaçu e Toledo, e suas influências no grau de formação de professores, é o que se pretende analisar neste trabalho. Percebe-se que há, aparentemente, por parte dos governantes, a preocupação em ampliar o número de alunos nas universidades, sob a justificativa que a educação é a responsável pela formação e qualificação da mão de obra.

Saviani (2009, p.153) chega a conclusão que a educação seria "eixo de um projeto de desenvolvimento nacional devendo carrear para ela todos os recursos disponíveis". Deveriam ser ampliados os números de escolas em todos os níveis para absorver toda a população que tenha idade para frequentar escolas que possuíam professores qualificados e motivados para formar "cidadãos conscientes, críticos, criativos, esclarecidos e tecnicamente competentes para ocupar os postos" futuros no mundo do trabalho que poderia ser construído visando a população "de um país que viria a recuperar, a pleno vapor, sua capacidade produtiva." A educação concebida nesta perspectiva contrapõe-se a uma educação formal atrelada à lógica do mercado, ligeira e superficial, cujo objetivo é o de ocupar postos de trabalho de forma emergencial.

Segundo Dias Sobrinho (2014, p. 646), "não há hoje nenhum setor de atividades profissionais que possa se considerar imune às discrepâncias entre educação e trabalho e escape do fantasma do desemprego e dos riscos do subemprego". Chega-se a conclusão que a educação superior tem a responsabilidade de produzir, fomentar e disseminar os conhecimentos, as técnicas e habilidades úteis ao desenvolvimento das condições para que exista a possibilidade da economia global.

Sendo assim, considera-se importante compreender as transformações ocorridas a partir de 1990, que resultaram em reformas e exigiram mudanças na educação, em especial, na Educação Superior.

A expansão da educação superior vem ao encontro de uma necessidade maior de formação de professores qualificados dentro das universidades públicas e privadas. Podemos dizer que as exigências de contínua atualização da qualificação profissional se impõem aos docentes e pesquisadores universitários e a seus egressos, pois numa sociedade de emprego precário, o capital intelectual é o mais importante meio de acesso ao trabalho e à riqueza.

Segundo Pachane (2003, p.69), atualmente é necessário que o professor universitário saiba lidar com uma diversidade cultural que antes não existia na

educação superior, decorrente da entrada nesse grau de formação de um público cada vez mais heterogêneo. Esse mesmo público que pode não estar tão preparado seja emocional como intelectualmente para ingressar na educação superior. De certa forma também é um público mais jovem, mais imaturo e que deixa transparecer, de certa forma, que está pouco comprometido com a sua aprendizagem, pois, ainda segundo a mesma autora, a educação superior “hoje não é mais a garantia de um emprego estável no futuro”, mas pode por outro lado, tornar-se mais exigente “quanto à qualidade do curso oferecido, tendo em vista o alto grau de competitividade do mercado de trabalho” onde serão inseridos.

Nesse sentido, organizou-se o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, buscou-se apresentar as políticas governamentais para a Educação Superior brasileira, tentando em relação a tal modalidade de ensino, articular às principais transformações ocorridas na economia e na política, para compreender como a educação superior estava inserida nesse processo. Além disso, buscou-se tratar da questão do público e privado na educação superior, visto que essa parceria foi fortemente travada no período em questão e resultou na criação de programas voltados exclusivamente às IES privadas. No segundo capítulo, tratou-se de embasar a pesquisa com dados fornecidos pelo INEP, nos anos de 2009 e 2012, referentes a número de IES, número de matrículas, número de concluintes e número de funções docentes de nível superior, no âmbito Brasil para caracterizar no contexto brasileiro essa expansão. No terceiro, na Região em estudo, a Mesorregião Oeste do Paraná, tratou-se de embasar, também, a pesquisa com dados fornecidos pelo INEP, nos anos de 2009 e 2012, referentes a número de IES, número de matrículas, número de concluintes e número de funções docentes. No quarto capítulo são feitas considerações inerentes ao aumento de funções docentes ocorridas no período na Mesorregião Oeste do Paraná, foco do estudo deste trabalho.

Justifica-se a escolha da Mesorregião Oeste do Paraná para ser objeto de estudo desse trabalho tendo em vista o seu valor econômico no estado. A economia dessa região é dinâmica, representando um papel de destaque no crescimento e desenvolvimento do Paraná. Os Municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel estão entre os dez com maior Produto Interno Bruto – PIB – do estado. Nessa região podemos verificar o grande destaque que a agropecuária diversificada desempenha dentro da

economia. Além disso, possuem belezas naturais, como as Cataratas do Iguacu, o Lago e Usina de Itaipu e o Parque Nacional do Iguacu.

As IES presentes nessa região do estado vêm contribuindo para a emancipação social e econômica das microrregiões que as acolhe. Todas essas instituições são atentas as expectativas do desenvolvimento regional. As instituições presentes nessas regiões atuam como agente de integração, de difusão do conhecimento e de promoção do desenvolvimento humano e social.

A pesquisa é da modalidade quali-quantitativa, tipo bibliográfico e documental apoiando-se em autores que pesquisam sobre o tema, e o foco da pesquisa será a Mesorregião Oeste do Paraná, junto a dados do Ministério da Educação, em suas sinopses e bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, especificamente em instituições de educação superior, públicas e privadas nos seguintes municípios que possuem IES: Assis Chateaubriand, Cafelândia, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina, São Miguel do Iguaçu e Toledo que estão inseridos nas microrregiões que compõem a mesorregião Oeste do Paraná.

Também podemos supor, e por observação do autor que é professor em duas IES dessa mesorregião, que há um fluxo de estudantes de microrregiões circunvizinhas às que compõem a mesorregião em estudo.

Tentaremos após esse estudo concluir sobre como está sendo a expansão da educação superior na mesorregião oeste do Paraná e suas influências no grau de formação dos professores das IES. Para isso procuramos mapear a expansão do número de alunos na educação superior na região oeste do Paraná, nos municípios que possuem Instituições de Educação Superior; a partir de dados das IES levantados junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, como se deu a expansão da Educação Superior na região oeste do estado do Paraná e junto com a influências dessa expansão ao grau de formação de professores para atuar nesse nível de ensino.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

1.1 CLASSIFICAÇÃO DAS IES

As Instituições de Ensino Superior que serão consideradas nesse trabalho serão as universidades, centros universitários e faculdades, definidas pelo Decreto nº 5.773/2006, em seu artigo 12, as Instituições de Educação Superior (IES), de acordo com sua organização¹ e respectivas prerrogativas acadêmicas, são credenciadas como:

- I - faculdades;
- II - centros universitários; e
- III - universidades.

As Instituições de Educação Superior são credenciadas originalmente como faculdades. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as consequentes prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico para esse fim, de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade.

Na categoria Faculdade estão incluídos institutos, escolas superiores e organizações equiparadas. Não possuem autonomia, devendo solicitar autorização prévias dos cursos que pretende ofertar.

São centros universitários as Instituições de Educação pluri curriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Não precisam de autorização prévia para criar cursos, apenas o reconhecimento.

Já as universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como por possuir produção intelectual

¹ Para maior esclarecimentos sugerimos consultar a legislação da Educação Superior está disponível no MecLegis (disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br>) e no site do Planalto (disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>). Destacam-se, entre as principais leis e normativas da educação superior, a Lei 9131/1995, a Lei 9394/1996, o Decreto 5622/2005, Decreto 5773/2006, a Portaria Normativa MEC 40/2007 e o Decreto 7690/2012.

institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

As Universidades são dotadas de autonomia em sua sede, podendo criar campus fora de sede no âmbito do Estado, mediante credenciamento prévio do MEC. A criação de universidades federais dar-se-á por iniciativa do Poder Executivo, mediante projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional.

1.2 COMPOSIÇÃO LEGAL DOS CORPOS DOCENTES DAS IES

Para fins de orientação a esse trabalho tomou-se por base que a composição do corpo docente das universidades é determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), e no caso dos Centros Universitários, pelo o Decreto 5.786/2006, tal composição pode ser assim definida:

a)Universidades: um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

b)Centros Universitários: um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; e um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.”

c)Faculdades: devem atender à Lei 9.394/96 (LDBN), cujo Art. 66 estabelece que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”, ou seja, todo seu corpo docente deverá ter formação mínima em pós-graduação lato sensu. Não há legislação que trate do regime de trabalho do corpo docente em Faculdades.

Portanto, cabe à Instituição, desde que atendido o ato normativo acima citado, definir a qualificação de seus docentes.

É importante destacar que as Universidades e Centros Universitários devem manter um terço de seu corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Ressalta-se que o Corpo Docente é dimensão avaliada, veremos no capítulo 4 o que dizem os instrumentos de avaliação, na renovação do

ato autorizativo do curso, incluindo a adequação entre formação e disciplina assumida. O regime de trabalho e a qualificação docente, tanto para instituições públicas como privadas, interferem diretamente nos conceitos obtidos pela instituição nos procedimentos avaliativos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

1.3 GRAUS ACADÊMICOS

O graus acadêmicos existentes e objetos, também, desta pesquisa são os bacharelados, as licenciaturas e os cursos superiores de Tecnologia que são considerados cursos de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo. Cada um possui suas especificidades, definidas conforme o MEC, da seguinte forma:

a) Bacharelado - curso superior generalista, de formação científica ou humanística, que confere ao diplomado competências em determinado campo do saber para o exercício de atividade profissional, acadêmica ou cultural, com o grau de bacharel.

b) Licenciatura- curso superior que confere ao diplomado competências para atuar como professor na educação básica, com o grau de licenciado.

c) Tecnologia - cursos superiores de formação especializada em áreas científicas e tecnológicas, que conferem ao diplomado competências para atuar em áreas profissionais específicas, caracterizadas por eixos tecnológicos, com o grau de tecnólogo.

1.4 POLÍTICAS DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Podemos observar que a educação superior passa em nosso país por grandes processos de mudança nos últimos anos. As reformas ocorridas, invariavelmente remeteram à necessidade de expansão do sistema, o que de fato tem ocorrido, de acordo com o que será apresentado no capítulo 2.

Segundo Mancebo (2015), se, por um lado, a expansão efetuada nas últimas décadas pode ser percebida como positiva por aumentar o acesso da população à

educação superior, devemos atentar para alguns efeitos desse processo, particularmente no que tange ao perfil dos cursos e das carreiras criados pelas instituições privadas, cuja expansão se dá diretamente sob a influência de demandas mercadológicas, pois esse setor, com a necessidade de ampliar a valorização de seu capital, faz isso por meio da venda de serviços educacionais, o que não deixa de ser uma forma, do indivíduo que busca a sua qualificação, de ingresso no educação superior.

O importante é ressaltar que o crescimento da educação superior privado, a produção de conhecimento atrelado à inovação, mesmo que advindo de instituições públicas, e, em algumas circunstâncias, a própria expansão do ensino na rede pública são facetas de um movimento de expansão que traduzem, de forma crescente, o modo como o capital busca valorizar-se no âmbito dos sistemas de educação superior.

Pretendemos mostrar no texto desta seção, as principais tendências da recente expansão da educação superior no Brasil.

É um tema muito complexo, que tentaremos abordar, de forma resumida, pois foram muitas as mudanças ao longo da história, tentando ter como base três grandes eixos:

- (1) o expressivo aumento das instituições de ensino superior (IES) com fins lucrativos, isto é, privados/mercantis;
- (2) algumas ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior (IFES), seja pela multiplicação dos *campi* das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou, ainda, mediante programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI);
- (3) a forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino de graduação, cabendo destaque à utilização do ensino a distância (EaD)[...] (MANCEBO, 2015 p.33).

Podemos verificar que o período onde a expansão tem início é em 1995 – ano da Reforma Administrativa do Estado brasileiro, que, segundo Paulani (2008, p. 110), citado por Mancebo (2015), corresponde ao “estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade” – e cobre a gestão dos últimos dois presidentes brasileiros: Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

1.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS EVIDÊNCIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA

A educação superior brasileira, de 1995 aos dias atuais, passa por um grande processo de expansão. De acordo com Mancebo(2015):

Analisando apenas dados referentes às matrículas, por exemplo, temos a seguinte situação: entre 1995 e 2010, ocorreu um crescimento no número total de matrículas (presenciais e a distância), indo de 1.759.703, em 1995, para 6.379.299, em 2010, com um crescimento, portanto, da ordem de 262,52% no espaço de tempo de dezesseis anos².(MANCEBO, 2015 p.34)

Verificamos que o que mais chama a atenção dessa complexa expansão da educação superior brasileira é a, Segundo Sguissardi (2008, p.994), “proeminência cada vez maior do mercado educacional, de sua questionável regulação”. Realmente, em um contexto internacional marcado pela mundialização econômica e pelas políticas neoliberais, podemos verificar pelos menos dois movimentos interligados, que são direcionados para a privatização da educação superior, trazendo, por que não dizer, graves consequências para a formação superior, para a produção do conhecimento e da cultura e para o trabalho docente.

Segundo Mancebo (2015), em primeiro lugar, mundialmente acontece um crescimento sem medidas e quase sem controle da oferta privada desse tipo de ensino. Na Conferência Mundial sobre Educação Superior, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ocorrida em julho de 2009, em Paris, informes apresentados divulgaram claramente o crescimento enorme da oferta privada, que já detém 30% da matrícula mundial no educação superior. Ainda, segundo a mesma autora, mais da metade da população estudantil do México e do Chile, por exemplo, já recebe educação nessas instituições, cujo único ânimo é o lucro.

Podemos verificar que no Brasil, o percentual de instituições da rede privada, que recebe o maior número de matrículas não para de crescer, alcançando em 2012, conforme dados que serão apresentados, chegando a um nível superior a 87,4,%, segundo o MEC/INEP na Sinopse Estatística da Educação Superior em 2012, das IES existentes no país.

² Dados INEP (2011)

O segundo sentido da privatização ocorre na própria rede pública. Podemos verificar que, em direta relação com a insuficiência de financiamentos, muitos docentes – especialmente, docentes-pesquisadores – começam a procurar participar do processo de captação de recursos para a pesquisa, para a instituição e até para si, promovendo com isso, em algumas situações, contratos com empresas privadas, que proporcionam o financiamento privado de instalações e investigações diretamente orientadas para o mercado (MANCEBO, 2013).

Assim, é crescente o número de investigações feitas na universidade pública que se referem, diretamente, à produção de ciência, tecnologia e inovações tecnológicas imprescindíveis para que o capitalismo possa renovar-se e ampliar sua margem de lucros. A economia do conhecimento responde pela potencialidade renovada de fantástica ampliação da riqueza. (POCHMANN, 2008).

Apenas para elucidar, a expansão da educação superior no Brasil, bem como seus dois movimentos de privatização, estão diretamente relacionados a dois outros movimentos de acomodação do capitalismo brasileiro, que são aqui citados:

Primeiramente, a expansão da educação superior (e sua privatização) ocorrem no mesmo diapasão e para o atendimento das mudanças contemporâneas ocorridas na produção e valorização do capital, a reestruturação produtiva, que teve seu início sistematizado, no Brasil, a partir da década de 1980, e, em segundo lugar, toma impulso e ganha organicidade a partir da reforma gerencialista do Estado brasileiro, posta em movimento em 1995, pelo então ministro da Reforma do Estado Bresser-Pereira, e em curso até os dias atuais(MANCEBO, 2015 p.35).

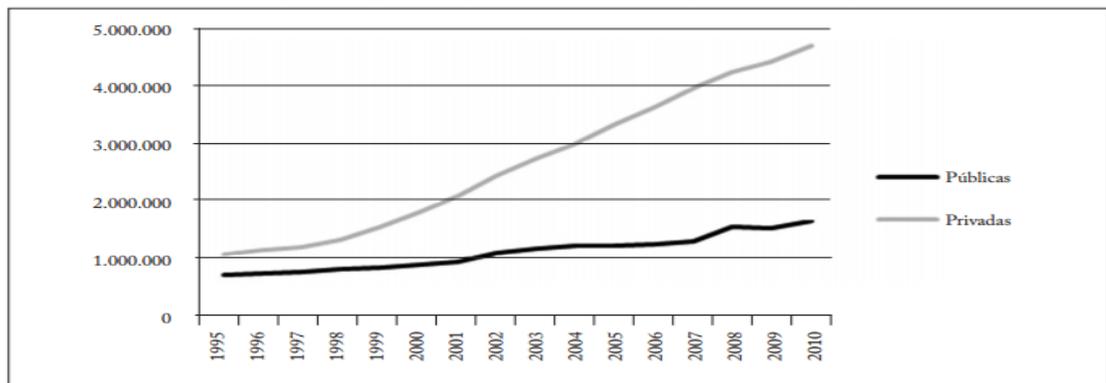
A partir desses vetores, foram vistas profundas transformações na cultura e no dia-a-dia das instituições, nas relações entre o Estado e as instituições públicas e privadas, mas, especialmente, na formação ministrada nas diversas IES e no trabalho do professor e do pesquisador desse nível de ensino.

Fato que propôs definir uma racionalidade e que penetrou profundamente no coração do Estado no que tocante à sua estrutura, atuação, elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os campos, inclusive na educação superior foi, sem sombra de dúvidas, a Reforma de Estado elaborada no âmbito do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, embora não tenha sido integralmente aplicada quando da sua formulação.

1.6 O CRESCIMENTO DO MERCADO EDUCACIONAL

Como já exposto, entre 1995 e 2010, aconteceu no Brasil um crescimento no número total de matrículas da ordem de 262,52%. Entretanto, indiscutivelmente, o número de matrículas nas instituições privadas, para fazer face a uma demanda reprimida de indivíduos que queriam cursar a educação superior, foi o que mais se expandiu no período, que tiveram um crescimento da ordem de 347,15%, enquanto isso, na rede pública, o acréscimo foi apenas de 134,58%. A evolução das matrículas pode ser observada no Gráfico 1, citada por Mancebo (2015) e nos permite algumas análises.

Gráfico 1- Evolução das matrículas dos cursos de graduação presenciais e a distância no Brasil, por organização acadêmica (1995-2010)



Fonte: Brasil; MEC; INEP (2011). Compilado de Mancebo, Vale e Martins(2015)

Em 1995, foi o início do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, nesta época a oferta era de 39,8% das matrículas de educação superior em instituições públicas e 60,2% nas privadas. Já em 2002, no final de seu mandato, verificamos que a tendência a privatização do ensino nesse nível intensifica-se, com 30,8% das matrículas em instituições públicas para 69,2% nas privadas.

Em 2010, no final do segundo governo do presidente Lula da Silva, o crescimento da rede privada permaneceu como tendência, chegando-se a 25,8% de matrículas nas IES públicas e 74,2% nas privadas.

Cabe aqui ressaltar que o crescimento do setor privado sobre o público é uma herança dos tempos do regime militar (1964-1984). A situação política daquele período exigiu alguns ajustes na educação superior, e isso foi feito pela reforma

universitária instituída pela lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa legislação fortaleceu a atuação do então Conselho Federal de Educação (CFE), com forte composição privatista, e as facilidades, os incentivos fiscais e tributários para a abertura de IES privadas foram criados e recriados. Fato é que, ao final do período citado, as matrículas privadas já ultrapassavam em muito as oferecidas nas IES públicas.

Segundo Helene (2011), citado por Mancebo (2015), as planilhas financeiras são o critério que as instituições privadas utilizam para a criação e oferta de cursos. Tal procedimento faz com que exista uma grande quantidade de cursos de forte apelo mercantil oferecidos nas regiões mais ricas do país e que, na realidade, dão pouquíssimas contribuições para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país ou da própria região, isso acontece ao mesmo tempo em que locais e áreas profissionais que mais necessitam de reforços são deixados a segundo plano. Tal critério financeiro, de escolha pelas regiões mais ricas do país, como citado anteriormente, influencia, também, na qualidade dos cursos oferecidos, limitando as possibilidades profissionais dos estudantes e a contribuição que essas IES poderiam dar para o desenvolvimento das diferentes áreas de conhecimento.

Não obstante todo esse quadro, governos municipais, estaduais e principalmente a União continuavam oferecendo inúmeros subsídios e facilidades ao ensino privado, especialmente sob a forma de isenções de impostos e financiamento estudantil, como são os casos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) que foi proposto originalmente pela medida provisória n. 1.865-4, de 1999, é um programa do Ministério da Educação (MEC) destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições privadas e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que foi criado em 2004, pela lei n. 11.096/2005, e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica em instituições privadas de ensino superior. As instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos, representando, portanto, um financiamento indireto.

Ainda conforme Helene, a campanha privatista é poderosa e organizada fazendo-se representar no Conselho Nacional de Educação (CNE), e, favorecidos por um sistema político submetido aos interesses do capital, inclusive por meio do controle do financiamento eleitoral, o setor privatista tem a maioria no Congresso

Nacional, e se comprometem em apresentar propostas que respondem apenas aos interesses mercantis das instituições que representam.

Parece, então, que o sentido da privatização é o mesmo desde o período do regime militar: tratar a educação como mercadoria a ser comprada pelos usuários desse serviço, mas, também aparecem novos fenômenos no período que agora comentamos que são dignos de registro. Podemos verificar que desde meados dos anos 1990, mais exatamente a partir da Reforma Administrativa do Estado Brasileiro (1995), a convivência entre o público e o privado assume diversas formas, que continuam ainda em curso, como o PROUNI.

Uma nova tendência que pode ser considerada no período em estudo nessa seção é que, segundo Mancebo (2015), quanto ao fortalecimento da iniciativa privada envolvendo a organização de grandes conglomerados, o que nos mostra claramente que o setor tem se configurado em uma economia de escala, onde grandes grupos oferecem ensino superior barato, com uma boa qualidade de ensino, uso ampliado de Educação a Distância (EaD), etc. Esses grandes grupos organizados e muito bons na área de gestão, compram instituições de ensino que estão baratas, endividadas, que possuem baixo nível de governança gerencial e muitos passivos. Com base em um recurso chamado de administração inteligente, a organização compradora procura diminuir as dívidas e os riscos, até desfazer a situação ruim e a empresa voltar a apresentar resultados positivos e lucro.

Em anos mais recentes, nesse período, também apareceram “diversas firmas de consultoria especializadas em preparar as IES para serem incorporadas por organizações nacionais ou internacionais” (Sguissardi, 2008 p. 1.005), o que de fato tem ocorrido. Ao menos quatro grandes grupos podemos citar: Anhanguera, Estácio de Sá, Sistema Educacional Brasileiro (SEB, Ribeirão Preto/SP) e Kroton (dona da marca Pitágoras). Esses grupos do setor da educação já abriram seu capital e passaram a negociar ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), inclusive com grupos que administram fundos internacionais.

Podemos chegar a uma breve conclusão que os direcionadores da expansão da educação no setor privado são: o aprofundamento da diluição das fronteiras entre público e privado; a concentração institucional – com as incorporações de pequenas instituições por grandes organizações – e a financeirização e a internacionalização da educação superior. Isso ocorre por meio de uma dinâmica imposta por grandes

corporações de ensino, cujos acionistas obtêm vultosos lucros, mas não dispensam o apelo ao fundo público, de forma direta ou indireta (VALE, 2011).

1.7 A EXPANSÃO DO SETOR PÚBLICO E A CERTIFICAÇÃO EM MASSA: LULISMO?

Entre 1995 e 2010, as matrículas também tiveram um incremento no sistema público de educação superior da ordem de 134,5%. Esse crescimento deveu-se principalmente à expansão da rede federal de educação superior, em especial no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do programa REUNI que será citado no próximo tópico.

Nesse período surge o lulismo uma forma peculiar de hegemonia que conforme Coutinho (2010) citado por Silva Junior (2014) deixa claro que é uma “hegemonia às avessas”:

Não se trata de os trabalhadores consentirem que os representantes do capital governem o país, mas ao avesso, é o capital que consente que os supostos representantes do trabalho governem o país em seu nome. Trata-se de um fenômeno único e a instituição republicana universidade pública parece estar envolta no mesmo processo de *hegemonia às avessas*.(SILVA JUNIOR, 2014 p.116)

Segundo Oliveira (2010), o lulismo trata-se de um fenômeno novo, que exige novas reflexões. Não é nada parecido com qualquer das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil.

Para Singer (2012), também citado por Silva Junior (2014) seria necessário estar acima das contradições de frações de classes e da contradição entre elas, com o apoio de um segmento social que ocupasse lugar na produção sem se pôr na esfera política: o campesinato.

Ainda segundo o mesmo autor, o principal instrumento do lulismo teria o Programa Bolsa Família e o alvo grande parte da população nordestina, vivendo na linha de extrema pobreza ou abaixo dela. Este, eventualmente para Singer, seria o *campesinato* de Lula. Desse programa já referido, esses seres humanos socialmente invisíveis foram socialmente incluídos pelo consumo e sem um projeto político assumiram o projeto de Lula.

Segundo Silva Junior (2014), Lula não vai contra a ordem e continua o plano econômico de seu antecessor, não enfrenta o capital financeiro. De outro lado, utiliza o seu campesinato ou precariado, ao trazer os invisíveis para a cena política se fortalece politicamente e no plano antropológico começa a fazer tudo para se tornar um mito.

Singer (2012) aponta uma contradição central na sua forma de construir essa matriz: o lulismo disse sim à ordem e deu continuidade, no plano econômico e institucional, ao governo de FHC; por outro lado, criou condições para uma hegemonia (às avessas, de pequena política) para a emergência do precariado (os invisíveis).

Esta é a diretriz que se colocará nas mudanças das instituições republicanas,

Razão pela qual defendemos que as instituições do Subsistema Federal de Educação Superior se tornaram agências executivas de políticas de competência do Estado em duas principais dimensões: 1) no empresariamento do conhecimento e 2) na certificação em massa. Na primeira dimensão repousa a objetivação de não atentar contra a ordem e, na segunda, introduzem-se mudanças para o atendimento dos invisíveis de Lula ou do precariado, que o sustentam politicamente. (SILVA JUNIOR 2014, p. 117)

Na era do lulismo, para além da dimensão política, a universidade contribui no âmbito do econômico, do cultural e da produção da nova sociabilidade, devido a inclusão dos invisíveis. Para tal, precisa expandir-se nas duas dimensões: por intermédio do crescimento e internacionalização da pós-graduação em áreas economicamente prioritárias; daí as pesquisas serem induzidas para a produção de um conhecimento potencialmente produtivo e para uma forma de fazer científico que dispensa a crítica. Por outro lado, aquele que interessa ao nosso estudo, procurando de todas as formas expandir o acesso à educação superior pública para os segmentos sociais mais excluídos também é estratégico, pois, além de fornecer mais força de trabalho para a execução do trabalho precarizado, constitui-se em um estrutural apelo para a produção da hegemonia às avessas.

Podemos considerar que nessa segunda direção, do acesso a educação superior, que se deve levar em conta iniciativas como o Programa de Apoio a Planos à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade para Todos (ProUni) – (no caso para a esfera privada), o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a Escola de

Gestores, o Curso Pedagogia da Terra, os Cursos para os conselheiros municipais, a Universidade Aberta do Brasil, e as cotas para a escola pública, e outros programas de natureza semelhante.

A análise desse período do governo Lula, nos leva a entender tais programas e suas objetivações em casos específicos segundo a abordagem que aqui se tomou como referência, isto é, a educação e, com certo destaque, o Subsistema Federal de Educação Superior vem sendo transformado em uma ferramenta ampla e eficaz na produção e reprodução do lulismo.

O REUNI, criado pelo decreto presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007, durante o governo Lula, apresenta os seguintes objetivos:

- a) aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e de estudantes por professor em cada sala de aula da graduação (relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais);
- b) diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, do uso do EaD, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos(básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares;
- c) incentivar a criação de um novo sistema de títulos;
- d) elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%; e
- e) estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino (públicas e/ou privadas).

1.8 A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR VIA ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Podemos verificar que ao longo da evolução/expansão da educação superior que acontece no país, uma outra modalidade privilegiada que vem sendo concebido como uma forma para promover a democratização/massificação, a expansão da educação e até para alavancar a transformação social via educação é a que refere-se ao uso da modalidade de Ensino a Distância (EaD).

Ao lado ou de modo complementar à educação regular presencial na ES, adquire cada vez mais importância, principalmente numérica, a educação superior a distância que, na definição contida no Decreto 5.622/05, que a regulamenta, trata-se de uma

. . . modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (MEC, 2014b,p.1)

Podemos verificar que oficialmente, foi criada, apenas em 1996, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) pelo MEC, e extinta em 2011, nesse mesmo ano a LDB, estabelecia sua base legal, em seu artigo 80, que foi regulamentado pelo Decreto nº 5.622. de 19 de dezembro de 2005, acima citado .

Esse artigo da LDB, previa o incentivo em todos os níveis da educação, sua organização em regime especial por todas as IES credenciadas, a regulamentação de seus requisitos para exame e registro de diplomas, que as normas de produção, controle e avaliação de “programas” de EaD, assim como sua implementação caberiam aos respectivos sistemas de ensino (federal e estadual), seu tratamento diferenciado, com “custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público (Redação dada pela Lei nº 12 .603, de 2012); concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; e reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais .”

Ainda sobre essa modalidade de ensino: a utilização do ensino via EaD tem surgido como esperança de ampliação acelerada dessa expansão da educação superior. Existe uma questão que há muito vem sendo feita por especialistas, tanto em políticas públicas de educação, quanto em processos de ensino-aprendizagem, que vem a ser: será que esta modalidade seria capaz de realizar as funções reservadas ao processo educativo, por um lado, e se, por outro, ao oferecer a oportunidade aos que não tinham condições de frequentar a educação presencial (geralmente os trabalhadores), não iria gerar um espaço de lucro fácil das IES privadas particulares com fins de lucro, especialmente das grandes e megaempresas que, a cada dia, multiplicam seus “polos” de EaD e oferecem cursos em áreas de conhecimento normalmente saturadas, mas que são frequentados pela facilidade e ou praticidade e pela falta de uma melhor opção?

Complementando essa informação, podemos citar a resposta de Douglas Becker, fundador da megaempresa americana Laureate, dona da Anhembí-Morumbi e outras no Brasil (meia centena em dezenas de países do mundo) quando foi entrevistado pela revista Exame, em 28 de outubro de 2013, sobre a diferença entre a EaD nos EUA e a do Brasil e por que preferia investir no Brasil, respondeu: “Nos Estados Unidos, um adulto que trabalha pode escolher entre cursos presenciais e a distância com uma formação muito semelhante . No Brasil, o alvo do ensino a distância não é o estudante que pode escolher entre uma universidade tradicional e uma online, mas aquele que não tem escolha alguma”. Lamentável!

A expansão da educação superior em nosso país é impulsionada por muitas variáveis e influências das políticas implantadas a cada governo no afã de suprir uma demanda que estava reprimida há algum tempo, seja com a implantação de programas, seja com a difusão de modalidade de ensino (EaD) para atingir um público ainda maior. Poderemos ver a partir do próximo capítulo como os dados estatísticos do INEP tentam explicar esse fenômeno.

2 PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Para que se tenha um panorama geral da expansão/involução da ES no país, procuraremos examinar, neste subitem, a distribuição dos dados relativos a instituições de educação superior (IES), matrículas, concluintes e funções docentes de acordo com a formação.

2.1 EXPANSÃO DO NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – PÚBLICAS E PRIVADAS –2009-2012

Podemos fazer várias observações analisando o quadro 1, a seguir que nos mostra o número de instituições de ES por categoria administrativa.

Quadro 1- Número de instituições de Educação Superior por categoria administrativa

NÚMERO DE INSTITUIÇÕES											
ANO	TOTAL	PÚBLICAS								PRIVADAS	
		TOTAL (%)	FEDERAIS(%)		ESTADUAIS(%)		MUNICIPAIS(%)		TOTAL (%)		
2009	2.314	245	10,6	94	38,4	84	34,3	67	27,3	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,6	99	35,6	108	38,8	71	25,5	2.100	89,3
2011	2.365	284	12,0	103	36,3	110	38,7	71	25,0	2.081	88,0
2012	2.416	304	12,6	103	33,8	116	38,3	85	27,9	2.112	87,4

Fonte: MEC/INEP . Sinopse Estatística da Educação Superior, 2012 .

Apesar de nos capítulos anteriores, com o sentido de contextualizar a expansão do educação superior à época de seu início com os governantes responsáveis, o período considerado no estudo referem-se aos dois últimos anos do governo Lula (2009-2010) e aos dois primeiros anos do Governo Dilma (2011-2012).

Podemos observar que o número total de instituições recebeu no período um acréscimo de 4,5%, onde podemos dividir o acréscimo por categoria administrativa

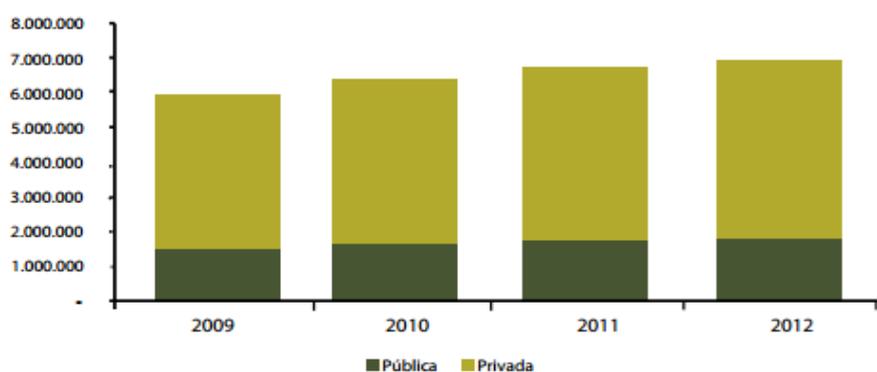
entre pública que foi de 24% e, privada, foi de 2 %. As privadas mesmo com esse pequeno aumento continuam sendo a maioria das IES.

O total de IES do setor público em 2009 representava 10,6% do número total de IES. Já o setor público, no mesmo ano, essa representação era de 89,4%. Em 2012 podemos ver um crescimento de IES públicas, pois a participação no total subiu para 12,6% enquanto que a participação das IES privadas caiu para 87,4%, mesmo continuando a prevalecer o número de IES privadas.

2.2 EXPANSÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS PRESENCIAIS E NÃO PRESENCIAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – PÚBLICA E PRIVADA – 2009- 2012

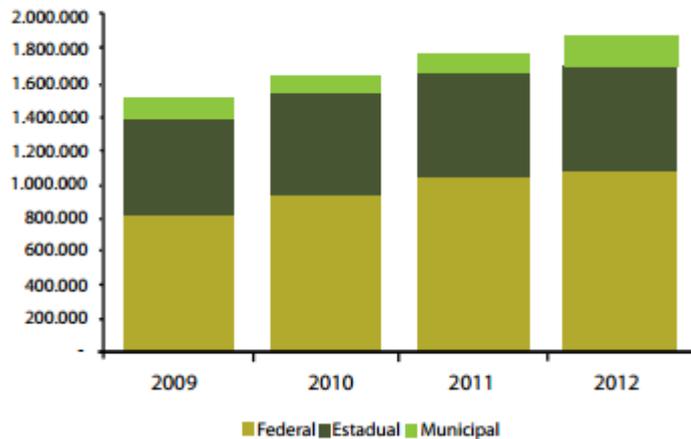
Segundo o Censo da Educação Superior - INEP (2012) em 2012, o número de matrículas superou a marca dos 7 milhões, tendo registrado um incremento de 4,4% em relação aos dados de 2011 e uma média anual de crescimento de 5,7% desde 2009.

Gráfico 2 - Evolução no Número de Matrículas de Graduação, por Categoria Administrativa – Brasil – 2009-2012



Fonte: MEC/Inep. Adaptado de DEED/INEP(2013)

Gráfico 3 - Evolução no Número de Matrículas de Graduação, por Sub-Categoria Administrativa (pública) – Brasil – 2009-2012

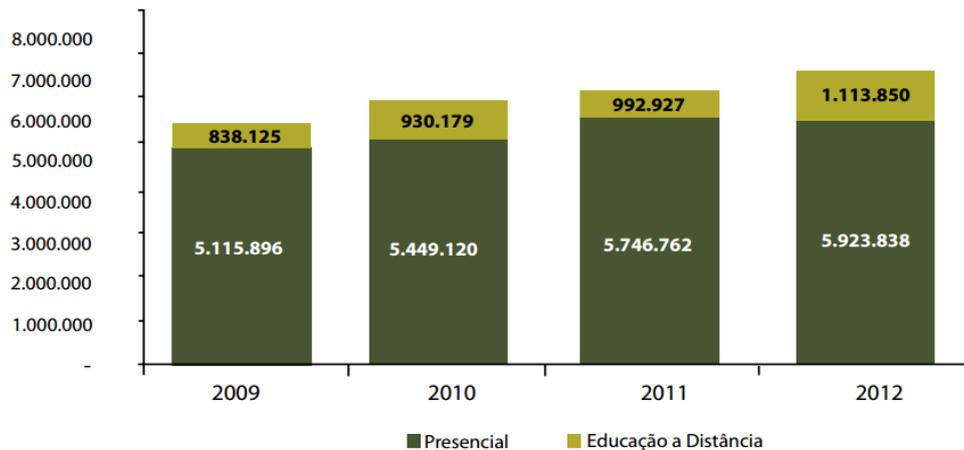


Fonte: MEC/Inep. Adaptado de DEED/INEP (2013)

É possível verificar um crescimento, tanto na rede pública quanto na rede privada, entre os anos de 2009 e 2012, conforme os gráficos 2 e 3. No caso das IES públicas, as instituições federais, conforme o gráfico 3, representam mais da metade das matrículas e, também, representam as que tiveram o maior aumento no número de matrículas de cursos de graduação no período. Essa expansão na rede federal é decorrente dos programas de criação de novas vagas, seja por meio de novas instituições ou de novos campi.

Ainda nos referindo a matrículas na ES podemos fazer a comparação, com base nos dados do Resumo Técnico do Censo de Educação Superior (2012), entre as duas modalidades de ensino: presencial e à distância, o gráfico 4 a seguir, nos mostra algumas informações:

Gráfico 4 - Evolução no Número de Matrículas de Graduação, por Modalidade de Ensino – Brasil – 2009-2012



Fonte: MEC/Inep. Adaptado de DEED/INEP.(2013)

Em números absolutos, o número de matrículas nos cursos de graduação presencial evidenciou um crescimento superior a 800.000 matrículas entre 2009 e 2012, e a educação a distância (EaD) teve um aumento superior a 275.000 no mesmo período.

Podemos verificar que em termos percentuais, o maior acréscimo ocorreu nos cursos a distância, com crescimento registrado de 32,9% de 2009 a 2012, com uma média de crescimento de aproximadamente 10% ao ano. As matrículas de cursos presenciais apresentaram média anual de variação positiva de 5% no mesmo período.

Ainda no tocante a matrículas podemos verificar, segundo a tabela 1 a seguir, as realizadas nos diferentes graus acadêmicos, no período de 2009 a 2012:

Tabela 1 - Evolução do Número de Matrículas de Graduação, segundo o Grau Acadêmico – Brasil – 2009-2012

Grau Acadêmico	2009	2010	2011	2012
Total	5.954.021	6.379.299	6.739.689	7.037.688
Bacharelado	3.867.551	4.226.717	4.495.831	4.703.693
Licenciatura	1.191.763	1.354.989	1.356.329	1.366.559
Tecnológico	680.679	781.609	870.534	944.904
Bacharelado e Licenciatura ¹	214.028

Fonte: MEC/INEP. Adaptado de tabela elaborada pela DEED/INEP.

Nota: 1. Bacharelado e Licenciatura: grau acadêmico existente até o Censo da Educação Superior de 2009.

Verificamos segundo a tabela 1 que percentualmente, os cursos tecnológicos registraram o maior crescimento entre 2009 e 2012, com um crescimento total no período analisado de 38,8%. Quanto às matrículas em cursos de licenciatura, houve, um aumento total 14,6 % . Destaca-se, ainda, o crescimento verificado de 2009 para 2012 dos cursos de bacharelado, com variação positiva de 21,6%.

Podemos verificar em uma análise dos dois gráficos acima que a maior expansão ocorreu na modalidade EaD e as matrículas, foram nos cursos tecnológicos. Isso nos leva a supor que o aumento do público alvo nos últimos anos que recorrem a educação superior busca uma solução mais rápida por meio dos cursos tecnológicos que tem uma duração menor que uma graduação normal e aqueles que querem adequar o seu horário de estudo, também cresceu, com uma forte incidência da modalidade de EaD.

2.3 EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE CONCLUINTES

Os dados obtidos por meio do Censo da Educação Superior 2012 revelaram 1.050.413 concluintes em cursos de graduação, representando um aumento de 3,3% em relação a 2011, isso gera um total de 9,5% em relação a 2009. A tabela 2 apresenta esses resultados por categoria administrativa, para o período de 2009 a 2012.

Na mesma tabela verificamos que o total de concluintes por categoria administrativa obteve um aumento em todos os anos, apenas as estaduais e municipais de 2010 para 2011 tiveram um decréscimo no número total de concluintes o que não influenciou no número total que obteve um acréscimo.

Tabela 2- Evolução no Número de Concluintes de Cursos de Graduação, segundo a Categoria Administrativa – Brasil – 2009-2012

Categoria Administrativa	2009	2010	2011	2012
Brasil	959.197	973.839	1.016.713	1.050.413
Federal	93.510	99.945	111.157	111.165
Estadual	93.049	72.530	87.886	96.374
Municipal	20.318	18.122	19.322	30.007
Privada	752.320	783.242	798.348	812.867

Fonte: MEC/INEP. Adaptado de tabela elaborada pela DEED/INEP(2013).

Outra informação que podemos extrair dessa tabela é que, considerando que a rede privada é a que possui a maior quantidade de IES, logo, detém a maior participação no número de concluintes do país, registrando ainda, em números absolutos, o maior aumento em 2012, de 60.547 concluintes, o que representa um acréscimo de 8% em relação ao apresentado em 2009.

2.4 EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES DOCENTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesta subseção são apresentados os principais resultados relacionados às funções docentes do Censo da Educação Superior (2012), principalmente no que se refere ao grau de formação. Em 2012, foram registradas 362.732 funções docentes, revelando um aumento de 1,5% em relação a 2011.

O crescimento total no período considerado foi de 6,4 % no número total de funções docentes considerando as duas categorias administrativas.

Tabela 3- Evolução no Número de Funções Docentes em Exercício, segundo a Categoria Administrativa

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	2009	2010	2011	2012
PÚBLICA	122.977	130.789	139.584	150.338
PRIVADA	217.840	214.546	217.834	212.394
TOTAL	340.817	345.335	357.418	362.732

Fonte: MEC/INEP. Adaptado de tabela elaborada pela DEED/INEP(2013)

Observa-se, na tabela 3 uma variação positiva de 22,2% no número de funções docentes da rede pública entre 2009 e 2012. Já a rede privada decresceu 2,5% no mesmo período.

No tocante a evolução no número de funções docentes em exercício relacionado ao grau de formação, o quadro 2 a seguir mostra a evolução:

Quadro 2 - Evolução do Número de Funções Docentes em Exercício, segundo o grau de formação - Brasil - 2009 a 2012

GRAU DE FORMAÇÃO	2009	2010	2011	2012
DOUTORADO	89.850	98.195	107.013	115.087
MESTRADO	123.466	130.291	137.090	141.218
ATÉ ESPECIALIZAÇÃO	127.501	116.849	113.315	106.427
TOTAL	340.817	345.335	357.418	362.732

Fonte: MEC/INEP. Adaptado de tabela elaborada pela DEED/INEP(2013)

Ao analisar as funções docentes por grau de formação, constantes do quadro 2 onde são apresentadas as informações para o período de 2009 a 2012, verificamos que pela primeira vez, em 2012, há mais funções docentes com doutorado do que funções docentes na categoria “até especialização”, que vem sofrendo um decréscimo ao longo dos últimos quatro anos. Como podemos verificar o dado positivo constante do quadro 2: as funções docentes com formação de doutorado cresceram mais de 28% no período analisado, e os que possuem mestrado tiveram uma variação positiva de 14,4% entre 2009 e 2012.

Segundo o Resumo Técnico do Censo de Educação Superior (2012), podemos afirmar que um dos parâmetros de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC)³ é o grau de formação dos docentes que é coletado no Censo da Educação Superior. O aumento do nível de titulação dos professores vinculados aos cursos está diretamente relacionada a melhoria do CPC para a IES com vistas à melhoria da qualidade da oferta, ou seja, quanto maior o grau de formação de docentes maior maior será o CPC de uma IES.

Podemos fazer uma consideração ao final desse capítulo, em que analisamos os dados dessa expansão da ES no Brasil. Após verificarmos no capítulo anterior, as evoluções das políticas relacionadas a essa expansão, a educação superior passou a ser encarada como ferramenta essencial para a qualificação profissional. Dessa forma, o ingresso na universidade é defendido como condição de empregabilidade e de ascensão.

³ Indicador que mensura a qualidade de um curso de graduação, de acordo com os insumos conhecidos, variando de 1 a 5

A partir dos anos de 1990, principalmente a partir do governo FHC, cresce o número de faculdades, centros universitários, IES, entre outros, que, além de aumentarem os cursos de graduação, foram responsáveis pelo maior número de matrículas.

Verificamos que os governos tomaram muitas medidas imediatistas e transformaram a educação numa mercadoria, capaz de garantir maior competência e competitividade, pois atentamos para o fato do crescimento acelerado das IES privadas no intuito de suplantar uma deficiência existente nesse nível da educação, de acordo com Colleoni (2012):

... disseminou-se uma forte campanha em defesa das IES privadas, alegando-se que essas são mais competentes e eficientes do que as IES públicas, pois contam com excelente estrutura física, novas tecnologias, não sofrem com a falta de professores, etc. Nesse sentido, a quantidade era comparada com a qualidade.(COLLEONI, 2012, p. 125)

Após termos um panorama da expansão da educação superior em nosso país, vamos passar a analisar no próximo capítulo a região objetivo desse trabalho: a mesorregião oeste do Paraná.

3 PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO OESTE DO PARANÁ

Nesse capítulo procuraremos dar uma visão melhor da expansão da educação superior na mesorregião oeste do Paraná por intermédio dos dados compilados nos censos educacionais de 2009 e 2012 do INEP.

3.1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DA MESORREGIÃO OESTE

O presente estudo é desenvolvido na mesorregião oeste do Paraná. Esta mesorregião, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é composta pela união de cinquenta municípios agrupados em três microrregiões: de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu.

Figura 1- Mesorregião Oeste do Paraná



Fonte: Adaptado de IPARDES (2010)

Figura 2 - Mesorregião Oeste do Paraná dividida em microrregiões



Fonte: Adaptado de IPARDES (2010)

Os municípios que compõem cada microrregião são:

- a) Microrregião de Cascavel: Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste e Três Barras do Paraná.
- b) Microrregião de Foz do Iguaçu: Céu Azul, Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu e Vera Cruz do Oeste.
- c) Microrregião de Toledo: Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Guaira, Iracema do Oeste, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Santa Helena, São José das Palmeiras, São Pedro do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo e Tupãssi.

A população desta região, segundo o censo de 2010 (IBGE), é de 1.215.261 habitantes. Conforme dados do IBGE (2011), o Paraná é o principal produtor brasileiro de milho, feijão, trigo, cevada e triticale; e o segundo de soja, centeio e aveia. O Oeste paranaense tem sua contribuição na produção agrícola, sendo que parte provém do agronegócio, característico na região. A economia é extremamente baseada na agricultura e pecuária.

Os municípios dessa mesorregião que possuem Instituições de Educação Superior (IES) são: Assis Chateaubriand, Cafelândia, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guaíra, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Palotina, São Miguel do Iguaçu e Toledo.

Tal distribuição de IES deixa claro que os municípios que compõem as microrregiões, circunvizinhos aos que possuem IES, convergem seu moradores para realizarem matrículas onde existe uma IES.

3.2 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Apresentamos, nesta seção, os principais resultados da evolução do número de IES que ofertam cursos de graduação e/ou cursos sequenciais de formação específica no período de 2009 a 2012, por categoria administrativa, além de dados referentes ao ano de 2012, desagregados por organização acadêmica e também por faixa do número de matrículas nas instituições.

No ano de 2009, 27 instituições da região oeste do Paraná participaram do Censo de acordo com o quadro 3. Pode-se observar a predominância da categoria privada, sendo que em 2009 ela representou 96,3% do total das IES. O restante, 3,7%, refere-se às instituições públicas.

Quadro 3- Número de IES em 2009

			Número de Instituições de Educação Superior		Total
			UNIVERSIDADES	FACULDADES	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa			
2009	PÚBLICA	ESTADUAL	1		1
	Total		1		1
	PRIVADA	PRIVADA		26	26
	Total			26	26
Total			1	26	27

No ano de 2012, 31 instituições da região oeste do Paraná participaram do Censo de acordo com o quadro 4, ou seja, um crescimento de 100% nas instituições da categoria pública e um crescimento de 7,4% nas de categoria privada, como podemos observar no capítulo anterior, que ocorre em todo país. Pode-se observar que continua a predominância da categoria privada, sendo que em 2012 ela representou 93,5% do total das IES. O restante, 6,5%, refere-se às instituições públicas.

Quadro 4- Número de IES em 2012

			Número de Instituições de Educação Superior		Total
			UNIVERSIDADES	FACULDADES	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa			
2012	PÚBLICA	FEDERAL	1		1
		ESTADUAL	1		1
		Total	2		2
	PRIVADA	PRIVADA		29	29
	Total			29	29
Total			2	29	31

Fonte: MEC/INEP/DEED(2013)

É possível perceber que na região analisada há a predominância, quase que em sua totalidade, das instituições privadas. Podemos supor que isso ocorre por se tratar de uma região economicamente rica que tem a capacidade de absorver grande parte, ou todas, as vagas ofertadas pelas IES presentes na região.

3.3 PANORAMA DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DIVIDIDA POR MICRORREGIÃO NO OESTE DO PARANÁ

A presente seção apresenta como base para análise dos dados o número IES, o número de matrículas em IES, o número de concluintes e o número de funções docentes por microrregião que compõe a mesorregião oeste do Paraná nos anos de 2009 e 2012.

Tal procedimento em analisar por microrregiões foi adotado para não deixar o trabalho extenso e repetitivo para os leitores, uma vez que a concentração de IES,

geralmente, existe nos municípios que dão nome às microrregiões que compõem a mesorregião oeste do Paraná (Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo). Tais IES são caracterizadas por modalidade de ensino (presencial ou à distância), categoria administrativa (privada ou pública) e por grau acadêmico (bacharelado, licenciatura e tecnólogo).

3.3.1 Microrregião de Cascavel

O quadro 5 apresenta o número de IES presentes na microrregião de Cascavel, no anos de 2009 e 2012. Podemos observar que não houve aumento do número de instituições de educação superior pública presentes na microrregião, mas na categoria administrativa privada ocorreu um aumento de 25%, no período considerado.

Quadro 5- Numero de IES –Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012

			Número de Instituições de Educação Superior		Total
			UNIVERSIDADES	FACULDADES	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa			
2012	PÚBLICA	ESTADUAL	1		1
	Total		1		1
	PRIVADA	PRIVADA		10	10
	Total			10	10
Total			1	10	11
2009	PÚBLICA	ESTADUAL	1		1
	Total		1		1
	PRIVADA	PRIVADA		8	8
	Total			8	8
Total			1	8	9

Fonte: MEC/INEP/DEED(2013)

O quadro 6 mostra a evolução no número de matrículas nos cursos de graduação na microrregião de Cascavel nos anos de 2009 e 2012, segundo a categoria administrativa da IES.

De acordo com os dois censos pesquisados, houve um acréscimo no número total de matrículas, considerando-se as duas categorias administrativas, pública e privada, e as duas modalidades de ensino, presencial e a distância, em 15,7%. Considerando apenas a modalidade presencial ocorreu um acréscimo em matrículas nas IES privadas em 18,6%.

Considerando os cursos de modalidade a distância nas IES públicas, podemos destacar que houve um decréscimo no total de matrículas na ordem de 75%, já nas IES privadas ocorreu um acréscimo de 13,9%.

Nos diversos graus acadêmicos podemos notar na modalidade presencial, os seguintes acréscimos;

- a) IES públicas: bacharelado, 22,8% e licenciatura, 5,5% (apenas esses)
- b) IES privadas: bacharelado, 16,2%; licenciatura, 39,5% e tecnológicos, 40,2%.

Quadro 6 - Numero de matrículas – Microrregião de Cascavel nos anos 2009 e 2012

		Número de Vínculos de Alunos											Total		
		PRESENCIAL				Total	CURSO A DISTÂNCIA					Total			
		PÚBLICA		Total	PRIVADA		PÚBLICA			Total	PRIVADA				
		ESTADUAL			PRIVADA			FEDERAL	ESTADUAL		MUNICIPAL				PRIVADA
Ano Censo	Grau Acadêmico														
2012	BACHARELADO	2.163	2.163	11.418	11.418	13.581		1	30	31	143	143	174	13.755	
	LICENCIATURA	762	762	1.916	1.916	2.678			3	3	732	732	735	3.413	
	TECNOLÓGICO			2.462	2.462	2.462			36	36	1.087	1.087	1.123	3.585	
Total		2.925	2.925	15.796	15.796	18.721		1	69	70	1.962	1.962	2.032	20.753	
2009	BACHARELADO	1.726	1.726	9.824	9.824	11.550		80		80	62	62	142	11.692	
	LICENCIATURA	722	722	1.373	1.373	2.095		34		34	783	783	817	2.912	
	TECNOLÓGICO			1.755	1.755	1.755	167			167	877	877	1.044	2.799	
	BACHARELADO E LICENCIATURA	157	157	371	371	528								528	
Total		2.605	2.605	13.323	13.323	15.928	167	114		281	1.722	1.722	2.003	17.931	

Fonte: MEC/INEP/DEED,(2013)

Quadro 7- Número de concluintes - Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012

		Número de Concluintes										Total	
		PRESENCIAL					Total	CURSO A DISTÂNCIA					Total
		PÚBLICA	Total	PRIVADA	Total	PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total			
		ESTADUAL		PRIVADA		MUNICIPAL			PRIVADA				
Ano Censo	Nome Grau Acadêmico												
2012	BACHARELADO	320	320	2.134	2.134	2.454	3	3	14	14	17	2.471	
	LICENCIATURA	123	123	542	542	665			93	93	93	758	
	TECNOLÓGICO			873	873	873	7	7	165	165	172	1.045	
	Total	443	443	3.549	3.549	3.992	10	10	272	272	282	4.274	
2009	BACHARELADO	297	297	2.740	2.740	3.037						3.037	
	LICENCIATURA	116	116	365	365	481			264	264	264	745	
	TECNOLÓGICO			484	484	484			273	273	273	757	
	BACHARELADO E LICENCIATURA	23	23	113	113	136						136	
Total	436	436	3.702	3.702	4.138			537	537	537	4.675		

Fonte:

MEC/INEP/DEED,(2013)

O quadro 7 mostra a queda do número de total concluintes do ano de 2012 em relação a 2009, em 8,6%. Na modalidade presencial o decréscimo no total de concluintes no mesmo período foi de 3,5%. No grau acadêmico de bacharelado, na modalidade presencial, o decréscimo foi de 19,2%. Nos outros graus acadêmicos, licenciatura e tecnológico, houve acréscimo de, 38,2% e 80,4%, respectivamente, no número de concluintes da modalidade presencial.

Já na modalidade a distância o número de concluintes no mesmo período analisado no grau acadêmico licenciatura e tecnológico houve um decréscimo de, 64,7% e 37%, respectivamente.

Quadro 8 -Número de funções docentes – Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012

			Número de Funções Docentes				Total
			ATÉ GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa					
2012	PÚBLICA	ESTADUAL	32	127	383	497	1.039
	Total		32	127	383	497	1.039
	PRIVADA	PRIVADA	3	437	305	61	806
	Total		3	437	305	61	806
Total			35	564	688	558	1.845
2009	PÚBLICA	ESTADUAL	45	167	419	391	1.022
	Total		45	167	419	391	1.022
	PRIVADA	PRIVADA	62	335	246	42	685
	Total		62	335	246	42	685
Total			107	502	665	433	1.707

Fonte: MEC/INEP/DEED,(2013)

A análise do quadro 8 será feita no capítulo 4, em que discutiremos a influência da expansão da educação superior sobre as funções docentes.

Ao fazer uma análise dos quadros que dão um panorama da educação superior da microrregião de Cascavel, no período de 2009 a 2012 (número de instituições, número de matrículas, número de concluintes e número de funções docentes) podemos verificar que o aumento do número de IES privadas na razão de 25%, o aumento no número de matrículas em 18,6% influenciou o acréscimo do número de funções docentes nos graus de formação especialização, mestrado e doutorado para, possivelmente, poder suprir essa expansão da ES na microrregião de Cascavel.

Também, podemos supor, após análise dos dados e por observação direta do autor, que um dos fatores que propicia a busca dos estudantes dos municípios que compõem a microrregião de Cascavel pelas IES presentes no município sede, se dá pela maior qualificação do corpo docente presente nas IES públicas e privadas.

3.3.2 Microrregião de Foz do Iguaçu

Antes de analisarmos a parte da ES da microrregião de Foz do Iguaçu, convém chamar a atenção que em tal região encontram-se polos turísticos importantes, tais como as Cataratas do Iguaçu e a Usina Hidrelétrica de Itaipu que carrearam e carregam vastos recursos para essa região do Oeste Paranaense.

Segundo Debalde (2014), os recursos disponíveis nessa região e uma população carente de educação superior fizeram com que grupos econômicos começassem a fazer investimentos, instalando Instituições com essa finalidade. Havia carências nesse setor, pois, até fins do século XX, a região de Foz do Iguaçu, no Extremo Oeste do Paraná era servida por apenas uma Instituição de Ensino Superior pública, que não conseguia atender a demanda interessada em cursos de graduação.

Citando Orso (2011) podemos verificar que

Mais recentemente, por um lado, os latifúndios e o agronegócio assumem o domínio da produção agrícola e, por outro, em função do êxodo rural e do aumento da urbanização, desenvolve-se o comércio, com um lento processo de industrialização. E, em decorrência disso, no final do século XX e início do XXI, ocorre uma rápida expansão do ensino superior privado (ORSO, 2011, p. 232-233).

As cidades que possuem IES na microrregião são: Foz do Iguaçu, Medianeira e São Miguel do Iguaçu. Podemos a partir deste ponto, analisar as mudanças ocorridas na microrregião nos anos de 2009 e 2012, com base nos dados do INEP:

Quadro 9 - Numero de IES –Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012

			Número de Instituições de Educação Superior		Total
			UNIVERSIDADES	FACULDADES	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa			
2012	PÚBLICA	FEDERAL	1		1
	Total		1		1
	PRIVADA	PRIVADA		13	13
	Total			13	13
Total			1	13	14
2009	PRIVADA	PRIVADA		13	13
	Total			13	13
Total				13	13

Fonte: MEC/INEP/DEED,2013

Notas:

- 1) IF/CEFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica;
- 2) Instituições de Educação Superior em Atividade.

O quadro 9 apresenta o número de IES presentes na microrregião de Foz do Iguaçu, no anos de 2009 e 2012. Pode se observar que não houve aumento do número de instituições de educação superior privada presentes na microrregião, mas na categoria administrativa publica ocorreu a implantação de uma universidade federal. Apesar de existir um campus da UNIOESTE em Foz do Iguaçu, as instituições de educação superior (IES) disponibilizadas por município, são consideradas as sedes em que se localizam essas instituições e não os seus campi e/ou pólos avançados.

O quadro 10 mostra a evolução no número de matrículas nos cursos de graduação na microrregião de Foz do Iguaçu nos anos de 2009 e 2012, segundo a categoria administrativa da IES.

Nos dados apresentados, de acordo com os dois censos pesquisados, houve um acréscimo no número total de matrículas, considerando-se as duas categorias administrativas, pública e privada, e as duas modalidades de ensino, presencial e a distância, em 13,2%. Nas IES privadas, verificamos que considerando a modalidade presencial ocorreu um acréscimo em matrículas de apenas 4,3%. Já nas IES públicas esse acréscimo foi de 51,3%.

Podemos considerar que esse acréscimo desproporcional a realidade do restante do país, entre uma categoria administrativa e a outra se deve ao fato das

IES privadas continuarem com o mesmo número e na categoria pública ocorrer a implantação de uma IES federal na microrregião.

Considerando os cursos de modalidade a distância nas IES públicas, houve um decréscimo no total de matrículas na ordem de 16,7%, já nas IES privadas ocorreu um acréscimo de 11,5%, no período analisado.

Nos graus acadêmicos previstos na legislação, podemos notar na modalidade presencial, as seguintes variações nos números de matrículas:

- a) IES públicas: acréscimos no bacharelado, 148%; e na licenciatura, 23,5% e decréscimo nos tecnológicos em 25,1%;
- b) IES privadas: acréscimos no bacharelado, 5,6%; e nos e tecnológicos, 39,2% e decréscimo na licenciatura, 0,5% .

Podemos supor que o grande acréscimo observado na categoria administrativa pública, no grau acadêmico bacharelado se deve, provavelmente, a implantação, em janeiro de 2010, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), IES federal na microrregião considerada.

Quadro 10 - Numero de matrículas – Microrregião de Foz do Iguaçu nos anos 2009 e 2012

		Número de Vínculos de Alunos												Total	
		PRESENCIAL					Total	CURSO A DISTÂNCIA					Total		
		PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total		PÚBLICA			Total	PRIVADA			Total
		FEDERAL	ESTADUAL		PRIVADA			FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL		PRIVADA			
Ano Censo	Grau Acadêmico														
2012	BACHARELADO	1.672	1.362	3.034	9.323	9.323	12.357			15	15	152	152	167	12.524
	LICENCIATURA	126	341	467	1.702	1.702	2.169	67		3	70	840	840	910	3.079
	TECNOLÓGICO	806		806	398	398	1.204	134		15	149	922	922	1.071	2.275
Total		2.604	1.703	4.307	11.423	11.423	15.730	201		33	234	1.914	1.914	2.148	17.878
2009	BACHARELADO	8	1.213	1.221	8.825	8.825	10.046					67	67	67	10.113
	LICENCIATURA		378	378	1.711	1.711	2.089	61			61	746	746	807	2.896
	TECNOLÓGICO	1.076		1.076	286	286	1.362	216	4		220	903	903	1.123	2.485
	BACHARELADO E LICENCIATURA		171	171	125	125	296								296
Total		1.084	1.762	2.846	10.947	10.947	13.793	277	4		281	1.716	1.716	1.997	15.790

Fonte: MEC/INEP/DEED, 2013

Podemos verificar pela análise do quadro 11 o aumento do número de total concluintes do ano de 2012 em relação a 2009, em 17,8%.

Na modalidade presencial o decréscimo no total de concluintes no mesmo período foi de 25,5%. No grau acadêmico de bacharelado, na modalidade presencial, o crescimento foi de 28,1%. Nos outros graus acadêmicos, licenciatura e tecnológico, houve acréscimo de 49% na licenciatura e decréscimo de 6% nos tecnológicos, no número total de concluintes da modalidade presencial.

Já na modalidade a distância o número de concluintes no mesmo período analisado no grau acadêmico licenciatura houve um decréscimo de 57,5% e no número total esse decréscimo foi de 23,1%.

Quadro 11 - Número de concluintes - Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012

Ano Censo	Nome Grau Acadêmico	Número de Concluintes											Total		
		PRESENCIAL						CURSO A DISTÂNCIA							
		PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total	PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total	Total			
		FEDERAL	ESTADUAL		PRIVADA		FEDERAL	MUNICIPAL		PRIVADA					
2012	BACHARELADO	21	207	228	1.619	1.619	1.847					21	21	21	1.868
	LICENCIATURA		49	49	495	495	544					112	112	112	656
	TECNOLÓGICO	119		119	130	130	249	17	4	21		152	152	173	422
	Total	140	256	396	2.244	2.244	2.640	17	4	21	285	285	306	306	2.946
2009	BACHARELADO		154	154	1.264	1.264	1.418					1	1	1	1.419
	LICENCIATURA		78	78	272	272	350					264	264	264	614
	TECNOLÓGICO	190		190	75	75	265	26		26		107	107	133	398
	BACHARELADO E LICENCIATURA		25	25	44	44	69								69
	Total	190	257	447	1.655	1.655	2.102	26		26	372	372	398	398	2.500

Fonte: MEC/INEP/DEED (2013)

Quadro 12 - Número de funções docentes – Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012

Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa	Número de Funções Docentes				Total	
			ATÉ GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO		
2012	PÚBLICA	FEDERAL			33		91	124
	Total				33		91	124
	PRIVADA	PRIVADA		343	360		63	766
	Total			343	360		63	766
Total				343	393		154	890
2009	PRIVADA	PRIVADA	97	376	270		26	769
	Total		97	376	270		26	769
	Total			97	376	270		26

Fonte: MEC/INEP/DEED(2013)

A análise do quadro 12 será feita no capítulo 4 onde discutiremos a influência da expansão da educação superior sobre as funções docentes.

Ao fazer uma análise dos quadros que dão um panorama da educação superior da microrregião de Foz do Iguaçu (número de instituições, número de matrículas, número de concluintes e número de funções docentes) podemos verificar que não houve aumento do número de IES privadas, mas ocorreu o aumento no número de matrículas em 4,3% e com a criação da IES federal o número de matrículas na categoria administrativa pública aumentou em 51,3%. Tal acréscimo também influenciou o acréscimo do número de funções docentes nos graus de formação mestrado e doutorado para poder suprir essa expansão da ES na microrregião de Foz do Iguaçu.

3.3.3 Microrregião de Toledo

A microrregião de Toledo é uma das microrregiões pertencente à mesorregião Oeste Paranaense. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 402.056 habitantes e está dividida em 21 municípios. Possui uma área total de 8.754,994 km².

As cidades pertencentes a essa microrregião que possuem IES são: Assis Chateaubriand, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo.

Cabe ressaltar que as instituições de educação superior (IES) disponibilizadas por município são consideradas as sedes em que se localizam essas instituições e não os seus campi e/ou pólos avançados.

O quadro 13 apresenta o número de IES presentes na microrregião de Toledo, no anos de 2009 e 2012. Pode se observar que houve aumento do número de instituições de educação superior (privadas) presentes na microrregião, em 20%, no período considerado.

Quadro 13 - Numero de IES –Microrregião de Toledo em 2009 e 2012

			Número de Instituições de Educação Superior	Total
			FACULDADES	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa		
2012	PRIVADA	PRIVADA	6	6
	Total		6	6
Total			6	6
2009	PRIVADA	PRIVADA	5	5
	Total		5	5
Total			5	5

Fonte: MEC/INEP/DEED(2013)

O quadro 14 mostra a evolução no número de matrículas nos cursos de graduação na microrregião de Toledo nos anos de 2009 e 2012, segundo a categoria administrativa da IES.

De acordo com os dois censos pesquisados, houve um acréscimo no número total de matrículas, considerando-se as duas categorias administrativas, pública e privada, e as duas modalidades de ensino, presencial e a distância, em 5,4%. Verificamos, também, que considerando apenas a modalidade presencial na IES pública federal ocorreu um acréscimo em matrículas em 122,4%. No número total de matrículas nas IES públicas ocorreu um acréscimo de 14% e nas IES públicas estaduais um decréscimo de 12,8% no número de matrículas.

Considerando os cursos de modalidade a distância nas IES públicas e privadas, houve um decréscimo no total de matrículas na ordem de 39,8%.

Nos diversos graus acadêmicos podemos notar as seguintes variações quando são considerados os números totais de matrículas:

- a) Bacharelado: acréscimo de 13,8%;
- b) Licenciatura: decréscimo de 16,2%; e
- c) Tecnológico: acréscimo de 5,2%.

Se considerarmos apenas a modalidade presencial o grau acadêmico licenciatura teve um decréscimo de 28,2%.

Cabe aqui ressaltar que as matrículas são consideradas nas IES públicas e privadas presentes na microrregião mesmo que essas não representem a sede das IES consideradas.

Quadro 14 - Numero de matrículas – Microrregião de Toledo nos anos 2009 e 2012

		Número de Vínculos de Alunos											Total	
		PRESENCIAL					Total	CURSO A DISTÂNCIA						Total
		PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total		PÚBLICA		Total	PRIVADA	Total		
		FEDERAL	ESTADUAL		PRIVADA			FEDERAL	MUNICIPAL		PRIVADA			
Ano Censo	Grau Acadêmico													
2012	BACHARELADO	1.045	1.809	2.854	5.549	5.549	8.403		1	1	669	669	670	9.073
	LICENCIATURA	50	823	873	1.045	1.045	1.918		1	1	648	648	649	2.567
	TECNOLÓGICO	569		569	1.064	1.064	1.633		7	7	782	782	789	2.422
Total		1.664	2.632	4.296	7.658	7.658	11.954		9	9	2.099	2.099	2.108	14.062
2009	BACHARELADO	411	1.899	2.310	5.389	5.389	7.699				276	276	276	7.975
	LICENCIATURA		1.120	1.120	1.579	1.579	2.699				365	365	365	3.064
	TECNOLÓGICO	337		337	1.097	1.097	1.434	21		21	846	846	867	2.301
Total		748	3.019	3.767	8.065	8.065	11.832	21		21	1.487	1.487	1.508	13.340

Fonte: MEC/INEP/DEED (2013)

Podemos verificar pela análise do quadro 15 o aumento do número de total concluintes do ano de 2012 em relação a 2009, em 3,5%.

Na modalidade presencial nas IES públicas o acréscimo no total de concluintes no mesmo período foi de 26,1%. Já nas IES privadas, no mesmo período temos um pequeno decréscimo de 1,9%.

No grau acadêmico de bacharelado, na modalidade presencial, o crescimento foi de 23%. Nos outros graus acadêmicos, licenciatura e tecnológico, houve decréscimo de 31,2% na licenciatura e decréscimo de 3,8% nos tecnológicos, no número total de concluintes da modalidade presencial.

Já na modalidade a distância o número total de concluintes no mesmo período analisado recebeu um pequeno acréscimo de 1,1%, mas no grau acadêmico bacharelado houve um acréscimo de 230% onde podemos supor que houve uma busca maior pela modalidade a distância nesse grau acadêmico.

Quadro 15 - Número de concluintes - Microrregião de Toledo em 2009 e 2012

Ano Censo		Nome Grau Acadêmico		Número de Concluintes							Total	
				PRESENCIAL				Total	CURSO A DISTÂNCIA			Total
				PÚBLICA		Total	PRIVADA		Total	PRIVADA		
				FEDERAL	ESTADUAL			PRIVADA				
2012	BACHARELADO	60	323	383	1.192	1.192	1.575	86	86	86	1.661	
	LICENCIATURA		138	138	285	285	423	87	87	87	510	
	TECNOLÓGICO	74		74	280	280	354	190	190	190	544	
Total		134	461	595	1.757	1.757	2.352	363	363	363	2.715	
2009	BACHARELADO	50	263	313	968	968	1.281	26	26	26	1.307	
	LICENCIATURA		159	159	456	456	615	79	79	79	694	
	TECNOLÓGICO				368	368	368	254	254	254	622	
Total		50	422	472	1.792	1.792	2.264	359	359	359	2.623	

Fonte: MEC/INEP/DEED(2013)

Quadro 16 - Número de funções docentes – Microrregião de Toledo em 2009 e 2012

Ano Censo			Número de Funções Docentes				Total
			ATÉ GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
2012	PRIVADA	PRIVADA		159	112	8	279
	Total			159	112	8	279
Total				159	112	8	279
2009	PRIVADA	PRIVADA	2	128	79	7	216
	Total		2	128	79	7	216
Total			2	128	79	7	216

Fonte: MEC/INEP/DEED(2013)

A análise do quadro 16 será feita no capítulo 4 onde discutiremos a influência da expansão sobre as funções docentes.

Ao fazer uma análise dos quadros que dão um panorama da educação superior da microrregião de Toledo (número de instituições, número de matrículas, número de concluintes e número de funções docentes) podemos verificar que o aumento do número de IES privadas na razão de 20%, o aumento no número de matrículas nos graus bacharelado e tecnológico, influenciou o acréscimo do número de funções docentes nos graus de formação especialização, mestrado e doutorado para poder suprir essa expansão da ES na microrregião de Toledo.

4 INFLUÊNCIAS DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO NÚMERO E NO GRAU DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES

Como podemos verificar nos capítulos anteriores, ocorreu uma expansão no número de matrículas da educação superior nas IES do Brasil e, na região objetivo do nosso trabalho, a mesorregião oeste do Paraná.

Esse fenômeno trouxe consequências positivas para a elevação do número de docentes e de seu grau de formação denotando uma preocupação das IES da região pesquisada em fornecer um corpo docente de alto nível como atrativo para a busca de formação superior por parte da população dos municípios que a compõe.

De acordo com os dados pesquisados passaremos a analisar a partir de agora o crescimento do número de funções docentes e o grau de formação desses docentes que fazem parte desse processo de expansão do ensino superior da região oeste do Paraná

Para tanto, iremos analisar os gráficos das microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo no que diz respeito ao número de docentes, seu grau de formação e sua evolução.

De acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, do Ministério da Educação, um dos aspectos considerados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES para avaliar as instituições de ensino superior é a titulação do corpo docente do curso.

Podemos verificar conforme figura a seguir, extraída dos parâmetros utilizados para avaliação, os conceitos relativos às titulações dos cursos e seus critérios de análise:

Figura 3 -Indicadores de titulação do corpo docente

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.7. Titulação do corpo docente do curso (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	1	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é menor que 15% .
	2	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 15% e menor que 30% .
	3	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 30% e menor que 50% .
	4	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 50% e menor que 75% .
	5	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 75% .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.8. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores (Para fins de autorização, considerar os docentes previstos para o primeiro ano do curso, se CSTs, ou dois primeiros anos, se bacharelados/licenciaturas)	1	Quando não há doutores do curso.
	2	Quando o percentual de doutores do curso é menor ou igual a 10% .
	3	Quando o percentual de doutores do curso é maior que 10% e menor ou igual a 20% .
	4	Quando o percentual de doutores do curso é maior que 20% e menor ou igual a 35% .
	5	Quando o percentual de doutores do curso é maior que 35% .

Fonte: MEC - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES(2013)

Os parâmetros aqui relacionando são apenas os referentes ao grau de formação das funções docentes existentes em cada microrregião analisada relacionada no presente trabalho. Faremos a comparação de cada titulação existente pelo total de IES em cada microrregião.

Consideraremos para essa análise o número total de docentes por categoria administrativa (pública e privada) nas microrregiões analisadas.

Nas próximas seções vamos fazer uma comparação desses conceitos da titulação dos docentes da região analisada com o total de docentes existentes obtendo um conceito final a partir dessa análise por cada microrregião.

4.1 FUNÇÕES DOCENTES NA MICRORREGIÃO DE CASCAVEL

O quadro a seguir mostra a evolução do número de funções docentes e de seu grau de formação na microrregião de Cascavel:

Quadro 17- Número de funções docentes – Microrregião de Cascavel em 2009 e 2012

Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa	Número de Funções Docentes				Total
			ATÉ GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
2012	PÚBLICA	ESTADUAL	32	127	383	497	1.039
	Total		32	127	383	497	1.039
	PRIVADA	PRIVADA	3	437	305	61	806
	Total		3	437	305	61	806
Total			35	564	688	558	1.845
2009	PÚBLICA	ESTADUAL	45	167	419	391	1.022
	Total		45	167	419	391	1.022
	PRIVADA	PRIVADA	62	335	246	42	685
	Total		62	335	246	42	685
Total			107	502	665	433	1.707

Fonte: Fonte: MEC/INEP/DEED (2013)

Nos censos de 2009 e 2012, o número total de funções docentes que, segundo o INEP, o docente está em exercício e o mesmo professor pode exercer funções docentes em um uma ou mais instituições, apresentadas no quadro 17, denota um crescimento de 8%.

Analisando o quadro 17, verificamos que as funções docentes existentes no grau de formação graduação, no período considerado, ocorreu um decréscimo no número total de docentes na razão de 68%, e acréscimos no grau de formação especialização de 12,2%, no grau mestrado, foi de 3,6% e no grau doutorado, foi de 28,9%.

Analisando a variação do número de funções docentes nas IES categoria administrativa pública podemos notar o seguinte: no número total de docentes ocorreu um acréscimo de 1,6%. Já nos diversos graus de formação o fenômeno ocorreu da seguinte forma: redução no grau até graduação em 28,9%, especialização em 24% , mestrado 9,4% e no doutorado ocorreu um acréscimo de 27,1% o que podemos supor que houve uma maior preocupação da IES pública em buscar docentes com o maior grau de formação para os seus quadros.

Nas IES privadas podemos verificar, de acordo com o mesmo quadro, que as funções docentes no seu total tiveram um acréscimo de 17,8%. Verificando a variação pelos diversos graus de formação, verificamos que: no grau de formação até graduação ocorreu uma diminuição em 95,2% do número de docentes. Já nos demais graus de formação ocorreu um acréscimo, sendo que no grau especialização foi de 30,4%, no mestrado foi de 23,9% e no doutorado foi de 45,2%.

Comparando com o quadro 5, número de IES na microrregião de Cascavel, notamos que há uma universidade estadual que responde pelo número total de funções docentes mostrado no quadro 17, nessa categoria administrativa, com um total de 1039 docentes⁴. Com isso, verificamos que essa universidade vem cumprindo o que é determinado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), ou seja, um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Fazendo uma análise de todas as funções docentes presentes nas IES pública e privada, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, no ano de 2009, o percentual dos docentes presentes do curso, aqui no caso em todas as IES, com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, nas IES públicas ficou em 41% e nas privadas em 36%, que nesse critério de avaliação receberia o conceito 3 (três), pois o percentual é **maior ou igual a 30% e menor que 50%**.

Já no indicador percentual de doutores, as IES públicas detinham em 2009 um percentual de 38,3 % de doutores e, segundo o critério de análise quando o percentual de doutores do curso é **maior que 35%**, o conceito, nesse caso é 5 (cinco). Nas IES privadas o percentual de doutores em 2009 ficava em 6% e, segundo o critério de quando o percentual de doutores do curso é **menor ou igual a 10%**, o conceito é 2 (dois).

No ano de 2012, com o crescimento de funções docentes e, apesar das IES públicas terem uma redução no grau mestrado, o percentual ficou em 36,9% o que leva a manter o conceito 3 (três) nesse indicador. As IES privadas conseguiram um aumento do número de docentes, com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado, mas o percentual ficou em 37,8% do total o que fez com que mantivesse o conceito 3 (três) nesse indicador.

No indicador percentual de doutores, as IES públicas mantiveram o conceito 5 (cinco), pois tiveram um incremento passando para o percentual de 47,8%. Já as IES privadas, mesmo com o aumento do número de doutores nesse período, conseguiram o percentual de 7,5%, o que, segundo o indicador continua com conceito 2 (dois) por ser menor que 10%.

⁴ Conforme Boletim de Dados 2013, site da UNIOESTE verificamos a distribuição entre pós doutores (58), doutores (498), mestres(393), especialistas (70) e graduados (7).

Apesar do conceito 2 (dois) nesse indicador no indicador número de doutores, as IES privadas da microrregião de Cascavel detêm um bom número de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* no período considerado para a pesquisa.

4.2 FUNÇÕES DOCENTES NA MICRORREGIÃO DE FOZ DO IGUAÇU

O quadro a seguir mostra a evolução do número de funções docentes e de seu grau de formação na microrregião de Foz do Iguaçu:

Quadro 18 - Número de funções docentes – Microrregião de Foz do Iguaçu em 2009 e 2012

			Número de Funções Docentes				Total
			ATÉ GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa					
2012	PÚBLICA	FEDERAL			33	91	124
	Total				33	91	124
	PRIVADA	PRIVADA		343	360	63	766
	Total			343	360	63	766
Total				343	393	154	890
2009	PRIVADA	PRIVADA	97	376	270	26	769
	Total		97	376	270	26	769
Total			97	376	270	26	769

Fonte: MEC/INEP/DEED (2013)

Podemos analisar, que segundo o quadro 18 no ano de 2009 apenas existiam IES privadas na microrregião, pois as instituições de educação superior (IES) disponibilizadas por município são consideradas as sedes em que se localizam essas instituições e não os seus campus e/ou pólos avançados.

Com isso, verificamos que as funções docentes no grau de formação graduação no ano de 2012 deixaram de existir na microrregião.

Nos censos de 2009 e 2012, o número total de funções docentes que, segundo o INEP, o docente está em exercício e o mesmo professor pode exercer funções docentes em um uma ou mais instituições, que foram apresentadas no quadro 10, denota um crescimento de 15,7%.

Analisando a variação do número total de funções docentes nas IES presentes na microrregião de Foz do Iguaçu podemos notar que nos diversos graus

de formação o fenômeno ocorreu da seguinte forma: redução no grau até graduação em 100 %, e especialização em 9,6%. Já nos grau de formação mestrado ocorreu um acréscimo de 45,5% no doutorado o acréscimo acima do normal foi de 492%.

Nas IES privadas podemos verificar, de acordo com o mesmo quadro, que as funções docentes no seu total tiveram um decréscimo de 0,4%. Verificando a variação pelos diversos graus de formação, verificamos que: no grau de formação até graduação ocorreu uma diminuição em 100% do número de docentes e no grau especialização foi de 9,6%. O acréscimo no mestrado foi de 33,3% e no doutorado foi de 142%.

Podemos tecer dois comentários a partir desse último número; primeiro que o grande número de funções docentes com o grau de formação doutorado se deve, em grande parte a implantação da IES federal na microrregião e em segundo lugar que houve uma maior preocupação das IES em buscar docentes com o maior grau de formação para os seus quadros.

Fazendo uma análise de todas as funções docentes presentes nas IES pública e privada, da microrregião de Foz do Iguaçu, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, no ano de 2009, o percentual dos docentes presentes do curso, aqui no caso nas IES privadas, com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, ficou em 35,1%, que nesse critério de avaliação receberia o conceito 3 (três) , pois o percentual é **maior ou igual a 30% e menor que 50%**.

Já no indicador percentual de doutores, as IES privadas detinham em 2009 um percentual de 3,4% e, segundo o critério de quando o percentual de doutores do curso é **menor ou igual a 10%**, o conceito é 2 (dois).

No ano de 2012, com o crescimento de funções docentes em todos os graus de formação e a implantação de uma universidade federal na microrregião considerada, o percentual dos docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, da IES pública ficou em 26,6% o que leva a ter o conceito 2 (dois) nesse indicador que é quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* é **maior ou igual a 15% e menor que 30%**.

As IES privadas conseguiram um aumento do número de docentes , com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado, mas o

percentual ficou em 47% do total o que fez com que mantivesse o conceito 3 (três) nesse indicador.

No indicador percentual de doutores, no ano de 2012, quando aparece nos dados do INEP, a IES pública teve um percentual de 73,4% de doutores e quando o percentual de doutores do curso **é maior que 35%** neste indicador o conceito obtido é 5 (cinco). Já as IES privadas, mesmo com o aumento do número de doutores nesse período, conseguiram o percentual de 8,2 %, o que, segundo o indicador continua com conceito 2 (dois) por ser menor que 10%.

Apesar do conceito 2 (dois) nesse indicador no indicador número de doutores, as IES privadas da microrregião de Foz de Iguaçu detêm um bom número de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* no período considerado para a pesquisa.

4.3 FUNÇÕES DOCENTES NA MICRORREGIÃO DE TOLEDO

O quadro a seguir mostra a evolução do número de funções docentes e de seu grau de formação na microrregião de Toledo:

Quadro 19 - Número de funções docentes – Microrregião de Toledo em 2009 e 2012

			Número de Funções Docentes				Total
			ATÉ GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	
Ano Censo	Categoria Administrativa	Sub Categoria Administrativa					
2012	PRIVADA	PRIVADA		159	112	8	279
	Total			159	112	8	279
Total				159	112	8	279
2009	PRIVADA	PRIVADA	2	128	79	7	216
	Total		2	128	79	7	216
Total			2	128	79	7	216

Fonte: MEC/INEP/DEED (2013)

Nos censos de 2009 e 2012, o número total de funções docentes que, segundo o INEP, o docente está em exercício e o mesmo professor pode exercer funções docentes em um uma ou mais instituições, apresentadas no quadro 19, denota um crescimento de 29,2%.

Podemos analisar, que segundo o quadro 19 no ano de 2009 e 2012 foram analisadas as funções docentes das IES privadas na microrregião, pois as

instituições de ensino superior (IES) disponibilizadas por município são consideradas as sedes em que se localizam essas instituições e não os seus campi e/ou pólos avançados.

Com isso verificamos que as funções docentes no grau de formação graduação no ano de 2012 deixaram de existir na microrregião.

Analisando a variação do número total de funções docentes nas IES presentes na microrregião considerada podemos notar que nos diversos graus de formação o fenômeno ocorreu da seguinte forma: redução no grau até graduação em 100 %. Nos demais graus de formação as funções docentes tiveram um acréscimo da seguinte forma: especialização em 24,2%; no grau de formação mestrado ocorreu um acréscimo de 41,7%; e, no doutorado, o acréscimo foi 14,32%. Igualmente a situação descrita acima, compreendemos que tendo em vista o aumento de 20% no número de IES, houve uma maior preocupação das IES em buscar docentes com o maior grau de formação para os seus quadros.

Segundo o INEP, apenas existem faculdades na microrregião de Toledo e, com isso, o número de funções docentes é satisfatório, pois nas faculdades conforme a Lei 9.394/96 (LDBN), em seu artigo 66, estabelece que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”, ou seja, todo seu corpo docente deverá ter formação mínima em pós-graduação *lato sensu*.

Fazendo uma análise de todas as funções docentes presentes nas IES privadas existentes na microrregião de Toledo, de acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, no ano de 2009, o percentual dos docentes presentes do curso, aqui no caso nas IES privadas, com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, ficou em 36,6%, que nesse critério de avaliação receberia o conceito 3 (três), pois o percentual é **maior ou igual a 30% e menor que 50%**.

Já no indicador percentual de doutores, as IES privadas detinham em 2009 um percentual de 3,3% e, segundo o critério de quando o percentual de doutores do curso é **menor ou igual a 10%**, o conceito é 2 (dois).

No ano de 2012, com o crescimento de funções docentes em todos os graus de formação o percentual dos docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* ficou em 40,1% o que leva a ter o mesmo conceito 3 (três) nesse indicador.

As IES não tiveram um aumento considerável de doutores no período e ficaram com um percentual de 2,9% , o que, segundo o indicador continua com conceito 2 (dois) por ser menor que 10%.

Apesar do conceito 2 (dois) nesse indicador no indicador número de doutores, as IES privadas da microrregião de Toledo detém um bom número de docentes com titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* no período considerado para a pesquisa.

4.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO DO NÚMERO DE FUNÇÕES DOCENTES NA MESORREGIÃO OESTE DO PARANÁ

Como podemos verificar, analisando os dados constantes do texto anterior, existiu, no período considerado para o presente trabalho, uma expansão considerável da educação superior na região analisada, nas categorias administrativas pública e privada, e com isso, a necessidade de uma maior quantidade de docentes em sala de aula. É possível pensar que esta situação pode levar ao descaso com a questão pedagógica? Ou que a expansão da educação superior, como aqui é apresentada, configura-se como um quadro preocupante no que se refere as condições que envolvem o processo ensino aprendizagem, considerando que os docentes são provenientes de formação *stricto sensu* (mestrados e doutorados) onde nem sempre são enfatizadas as questões pedagógicas da docência?

Considerando esse crescimento das ofertas da educação superior na região, a função docente passa a ser considerada como uma opção a mais de trabalho para alguns profissionais recém formados (bacharéis) que veem a oportunidade de ampliarem sua renda em início de carreira. Jovens profissionais recém formados passaram a ser contratados, por seus resultados no curso de graduação, sem nenhuma experiência docente e, o mais sério, sem nenhum preparo para o exercício do magistério.

Outro dado que podemos levar em consideração, segundo Nossa (1999), que para ingressar na docência de educação superior, o profissional não tem muitas exigências legais no que se refere à titulação e à formação pedagógica. Nem a

antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nem a atual citam qualquer exigência sobre a formação didático pedagógica como pré-requisito para o exercício da docência superior. Quanto à titulação, basta que o professor tenha curso de graduação na área para concorrer à vaga de docente. Cada instituição é que deve determinar o seu nível de exigência que a atual LDB faz é de que um terço do corpo docente, pelo menos, deve ter Curso de Mestrado ou Doutorado.

Sabemos que a formação pedagógica ultrapassa o conhecimento do conteúdo que o docente ministra aos seus alunos. A falta dessa preparação pode tolher o compromisso do professor com as ações que ele desenvolve com seus alunos, com a instituição em que trabalha e mesmo com a comunidade.

Mas a pergunta aqui é: o que é necessário para se tornar um professor universitário? Incrivelmente essa pergunta é respondida de maneira extremamente simples: qualquer pessoa que tenha uma titulação seja de graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabeleceu em 1996 que a formação dos professores universitários se daria em nível de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, sendo definida em seu artigo: “a preparação para o exercício do magistério far-se-á em nível de pós graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”.

O que podemos observar nos quadros mencionados nesse capítulo é que existe uma grande preocupação das IES presentes em manter um grau de formação em seus docentes para cumprir o que preconiza a LDB e, também, atrair os jovens que querem ingressar na educação superior na busca por uma IES que possua professores com maior grau de formação, pois, como já foi dito, o aumento do nível de titulação dos professores vinculados aos cursos está diretamente relacionada a melhoria do CPC para a IES com vistas à melhoria da qualidade da oferta, ou seja, quanto maior o grau de formação de docentes maior maior será o CPC de uma IES.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se ter debruçado sobre a temática do trabalho, porém, deparamos com a dificuldade em encontrar dados precisos, em relação à educação superior no Estado do Paraná e no Brasil.

Ao analisarmos os aspectos nas microrregiões consideradas para o estudo podemos verificar que realmente há uma expansão da educação na mesorregião oeste do Paraná. Este fenômeno é mais aparente na microrregião de Cascavel com um percentual no número total de matriculados em 15,7%.

Podemos verificar que as IES privadas, assim como vem acontecendo em todo país em virtude do maior número dessa categoria administrativa, respondem pela maior parte das matrículas na mesorregião Oeste do Paraná.

Nos aspectos analisados no país, podemos verificar que em termos percentuais, o maior acréscimo ocorreu nos cursos a distância, com crescimento registrado de 32,9% de 2009 a 2012. Podemos fazer uma comparação com a região considerada e considerando que as matrículas em EaD são um avanço na expansão da educação superior, dentro da mesorregião analisada em microrregiões podemos verificar que o destaque fica para a microrregião de Cascavel com acréscimo das IES públicas em 75% e nas privadas em 13,9%.

Na modalidade presencial o maior destaque é para a microrregião de Foz do Iguaçu: no grau acadêmico bacharelado recebeu um crescimento de 148% no número de matrículas para o período considerado. A implantação da UNILA, em janeiro de 2010, contribuiu para esse incremento.

Já no grau acadêmico licenciatura o maior decréscimo no número de matrículas ocorreu na microrregião de Toledo na modalidade presencial que chegou a 28,2%. Percentual que acende uma preocupação quanto ao grau acadêmico, pois é dele que provém, em tese, os profissionais mais preparados a serem professores.

Nesse processo de expansão não podemos esquecer da influência exercida em relação as funções docentes que é o objetivo desse trabalho. Fazendo uma comparação com o que aconteceu no país, no período considerado: as funções docentes com formação de doutorado cresceram mais de 28% no período analisado, e os que possuem mestrado tiveram uma variação positiva de 14,4% e a na

categoria “até especialização”, que vem sofrendo um decréscimo ao longo dos últimos quatro anos.

Verificamos que no total de funções docentes na mesorregião oeste do Paraná, no período de 2009 a 2012, houve, nas IES privadas: um decréscimo de 98% na categoria “até graduação”, ou seja, quase sendo extinta; nas categorias especialização, mestrado e doutorado, ocorreu um acréscimo de 12%, 30,6% e 76%. Isso denota um crescimento acima do registrado na média do país no mesmo período.

Já nas IES públicas aconteceu da seguinte maneira: um decréscimo nas funções docentes nas categorias “até graduação”, especialização e mestrado com um percentual de 28,9% , 24% e 0,7%, respectivamente. Já no grau de formação doutorado as IES públicas tiveram um acréscimo de 50,4% o que também mostra um crescimento acima da média do Brasil.

Em uma outra análise, considerando o quadro geral da educação superior, no período em análise, com as duas categorias administrativas, pública e privada, os graus de formação das funções docentes se comportaram da seguinte forma: decréscimo na formação até graduação de 83%; na formação especialização o número permaneceu o mesmo; na formação mestrado, houve um acréscimo de 17,6% e na formação doutorado o acréscimo ocorrido foi de 54,5%. Isso leva a crer que a formação dos professores das IES vem sendo superior a média do país no período analisado do presente estudo.

Analisando a expansão da educação superior pelo viés mercadológico podemos considerar que esse aumento de IES privadas e conseqüente maior número de matrículas nessas instituições vem ratificar o que vem acontecendo no país: uma verdadeira certificação em massa para repartir o mercado de trabalho com profissionais que desejam ter um nível de graduação mais avançado no afã de concorrer de melhor forma, seja a um concurso público que exija a formação em nível superior, seja a um emprego que possa exigir essa formação, ou seja, também para almejar uma promoção em sua atual ocupação.

Existe na região analisada uma preocupação em elevar o grau de formação das funções docentes existentes nas IES que seria um motivo de atração da população para matricular-se no educação superior buscando, muito provavelmente, onde exista um corpo docente de maior grau de formação acadêmica.

Este fenômeno também é observado tendo em vista que o nível de formação dos docentes que é coletado no Censo da Educação Superior é um dos parâmetros de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC). O aumento do nível de titulação dos professores vinculados aos cursos está diretamente relacionada a melhoria do CPC para a IES com vistas à melhoria da qualidade da oferta, ou seja, quanto maior o grau de formação de docentes maior será o CPC de uma IES.

Também é uma determinação na LDB e no Decreto 5.786/2006, na quantidade mínima de docentes nos diversos graus de formação de forma a atenderem os tipos de organizações acadêmicas.

Podemos supor que isso também se deve ao fato do número crescente de matrículas nos diversos cursos, fazendo com que as IES procurem docentes com maior titulação para os seus quadros, com o objetivo de atrair os alunos com esse diferencial.

Logicamente que uma expansão no número de alunos levaria a uma expansão no número de professores. Essa influência direta tem também levado as IES a contratar professores com maior grau de formação e também investir em programas de qualificação dos docentes para que o grau de titulação previsto no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância do MEC, possa corroborar para um maior conceito das IES nesse item.

Todo este cenário aponta para a questão central que nos motivou ao presente estudo: a expansão da educação superior na região oeste do Paraná também reveste-se de uma qualidade acadêmica na formação universitária dos sujeitos que buscam qualificar-se profissionalmente? Acreditamos que a boa performance pedagógica do quadro docente pode influenciar positivamente a situação. Este estudo aponta a importância de maior aprofundamento desta temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. ***Sinopses estatísticas da educação superior***. Brasília: MEC/INEP, disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso maio 2016

_____.Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.**Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024** : Linha de Base. – Brasília, DF : Inep, 2015.404 p. : il.

_____, Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2016.

_____.Presidência da República. **Decreto nº 5.622. de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2016.

_____.Presidência da República. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2016.

_____.Presidência da República. **Decreto nº 5.786. de 24 de maio de 2006**. Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2016.

_____. Presidência da República **Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em junho de 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico – Censo da Educação Superior de 2012**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em junho de 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior de 2009**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/inepdata>>. Acesso em maio de 2016.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior de 2012**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/inepdata>>. Acesso em maio de 2016.

BECKER, D., Entrevista a revista EXAME, em 28 de outubro de 2013, disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1052/noticias/ele-fugiu-da-escola> acesso em jun 2016.

COLLEONI, C., **A educação superior no contexto do PROUNI**, Dissertação de Mestrado, Cascavel, PR: UNIOESTE, 2012. Disponível em <http://200.201.88.199/portalpos/media/File/educacao/Dissertacao%20Cristini%20Colloni.pdf> acesso em abril de 2016

COUTINHO, C. N. **A hegemonia da pequena política**. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RISEK, C. (Orgs). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

DEBALD, B.S., DEBALD, F.R.B., **O Contexto Regional e as transformações educacionais no Extremo Oeste do Paraná na primeira década do século XXI**, Revista Ampliar, v.1,n.1 2014 disponível em <http://gravatai.ulbra.tche.br/jornal/index.php/revistaampliar/article/view/19> acesso em 03 de junho de 2016

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010.

_____. **Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 643-662, nov. 2014.

HELENE, O. **A privatização do ensino superior**. *Brasil de Fato*, São Paulo: Sociedade Editorial Brasil de Fato, n. 441, 16 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/7136>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

IBGE 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 20 jul 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Mapa da Mesorregião Oeste do Paraná**, Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_base_2010.jpg. Acesso em maio de 2016.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. Referências bibliográficas. In: **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MANCEBO, D. **Trabalho docente e produção de conhecimento**. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte: ABPS, v. 25, p. 519-526, 2013.

_____, VALE, A. A, MARTINS, T. B **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**; Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015 disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf> acesso em jun 2016

NOSSA, V., **Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica**; Cad. estud. no.21 mai-ago 1999 São Paulo disponível em <http://www.revistas.usp.br/cest/article/view/5649/7179> acesso em out 2016

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RISEK, C. (Orgs). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORSO, Paulino José. A Universidade Estadual do Oeste do Paraná e seu contexto sócio-histórico. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas-SP, n. 41, p. 231-240, mar. 2011

PACHANE, Graziela Giusti. **A importância da formação pedagógica para o professor universitário: a experiência da Unicamp**. 2003. 268 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2003.

PAULANI, L. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, M. **Riqueza concentrada e trabalho em excesso**. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 mar. 2008, p. B2. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2008/03/21/73/> acesso em 16 Jun 2016

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. *Revista Brasileira de Educação*. v. 14, n 40, jan./abril., 2009.

SGUISSARDI, V. **Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil:predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 29, n. 105, p. 991-1022, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf> Acesso em: 16 jun. 2016.

SILVA JR, João dos Reis; CATANI, A.M. " **Mudança da universidade pública diante da ausência concreta dos movimentos sociais**." RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo L. (org.) *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

_____, ANELLI JÚNIOR L.C., MANCEBO D, **O lulismo e a mudança da natureza do trabalho docente**, São Paulo, *Revista Eletrônica de Educação*, v. 8, n. 1, p.106-118, 2014 disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1016> acesso em jun 2016.

SINGER, A. ,**Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALE, A. A. **As faculdades privadas não fazem pesquisa porque não querem jogar dinheiro fora: a trajetória da Estácio de Sá, da filantropia ao mercado financeiro. 2011.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.